

Cadernos do
LEPAARQ

VOL. II Nº. 3 2005 ISSN 1806-9118



**Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**

Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do
Lepoarq

Textos de

Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. II | n°3 | 2005 | ISSN 1806 - 9118



SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Fábio Vergara Cerqueira

7

O INVENTÁRIO E O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

Beatriz Freire

11

ARQUEOLOGIA E TURISMO NA AMAZÔNIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Edithe Pereira, Silvio Figueiredo

21

ARQUEOLOGIA E IDENTIDADES: A TORRE DE MARFIM NA ENCRUZILHADA

Luiz Oosterbeek

36

INDICADORES DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E DE GÊNERO DOS PESCADORES-COLETORES QUE OCUPARAM A REGIÃO DOS LAGOS-RJ

Eliana Escórcio, Maria Dulce Gaspar

46

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Rossano Lopes Bastos

65

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA PALEONTOLOGIA E ZOOARQUEOLOGIA: NOVAS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DE NOSSA PRÉ-HISTÓRIA E CULTURA LOCAIS

José Eduardo Figueiredo Dornelles

79

PATRIMÔNIO: SIMBIOSE HOMEM-MEIO AMBIENTE

Maurí Bessegatto

87

LAGOAS COSTEIRAS: PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL

Rosane Lanzer

103

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO E ARQUEOLOGIA:
PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL - PELOTAS/RS/BRASIL
PROMOÇÃO DA REDE INTERINSTITUCIONAL UFPEL-UFSM-IPT
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA ARQUEOLOGIA,
PALEONTOLOGIA, TURISMO CULTURAL, PRESERVAÇÃO E
EDUCAÇÃO**

111

Fábio Vergara Cerqueira, Rafael Guedes Milheira, Jorge Viana

EDITORIAL

Este terceiro número dos *Cadernos do LEPAARQ*, que ora lançamos, representa a consolidação da revista, mantendo a sua periodicidade e trazendo a público artigos que ilustram um importante debate que os tempos atuais colocam ao arqueólogo: sua atuação na sociedade e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico.

A interface entre a Arqueologia e o Turismo é um exemplo dos mais notórios do papel que o arqueólogo possui, podendo contribuir, através de sua pesquisa científica, para o desenvolvimento sustentável, ao alimentar o amadurecimento do turismo cultural e ao ocupar seu espaço no debate sobre a legislação e gestão do patrimônio, posicionando-se na complexa rede multidisciplinar – constituída portanto por profissionais com múltiplas formações –, rede esta que “enreda” patrimônio material e imaterial, bem como patrimônio cultural e natural.

Foi com esta perspectiva que o LEPAARQ/UFPEL organizou, em Pelotas/RS, no Instituto de Ciências Humanas da UFPEL, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2004, o **Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Natural**, idealizado e promovido pela rede interinstitucional estabelecida entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Politécnico de Tomar (IPT-Portugal), visando ao desenvolvimento de projetos nas áreas de Arqueologia, Paleontologia, Preservação e Educação Patrimonial e Turismo Cultural.

O presente número publica algumas das palestras e conferências apresentadas durante este seminário, procurando ilustrar, por intermédio destes artigos, as discussões suscitadas neste encontro entre as disciplinas da Arqueologia e do Turismo.

Os artigos foram divididos em duas sessões:

- Interfaces entre o turismo e o patrimônio cultural em suas dimensões arqueológica e imaterial.
- Interfaces entre o turismo e o patrimônio natural.

Na sessão referente ao diálogo entre o turismo e o patrimônio cultural, publicamos artigos de Beatriz Muniz Freire, Edithe Pereira e Silvio Lima Figueiredo, Luiz Oosterbeek, Maria Dulce Gaspar e Eliana Escórcio bem como de Rossano Lopes.

O artigo da historiadora Beatriz Muniz Freire, técnica do IPHAN atuante na 12ª Superintendência Regional, “*O inventário e o registro do patrimônio*

imaterial: novos instrumentos de preservação”, aborda o **Registro de Bens de Natureza Imaterial**, criado em agosto de 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, o qual, segundo a autora, “*tornou possível o reconhecimento de bens culturais processuais e a definição de estratégias específicas de preservação e divulgação dos mesmos*”. Comenta, para tanto, a metodologia específica desenvolvida pelo IPHAN, denominada **Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC**, analisando sua aplicação nas primeiras experiências e a ampliação do conceito de patrimônio que orienta a atual política nacional de preservação.

Edithe Pereira e Silvio Lima Figueiredo, pesquisadores vinculados respectivamente ao Museu Goeldi e à Universidade Federal do Pará, em seu artigo “*Arqueologia e turismo na Amazônia – problemas e perspectivas*”, apresentam as mazelas resultantes da prática do turismo sem controle verificada nos sítios arqueológicos da Amazônia. Descrevem e analisam a situação em que se encontram alguns sítios paraenses prejudicados em sua conservação pelas ações depredatórias praticadas por turistas, propondo, na contrapartida, recomendações básicas para o uso turístico de sítios arqueológicos.

Luiz Oosterbeek, arqueólogo português vinculado ao Instituto Politécnico de Tomar, preocupado com o lugar do arqueólogo na sociedade contemporânea, apresenta, em seu artigo “*Arqueologia e identidades: a torre de marfim na encruzilhada*”, algumas opiniões sobre a abertura social inerente à aceção polêmica, mas corrente nos dias de hoje, da arqueologia como disciplina “*supra-disciplinar*”. Para chegar a este ponto, traça um breve histórico epistemológico da disciplina, do séc. XIX ao XXI, chegando à percepção atual de uma lógica de “resistência” presente no trabalho do arqueólogo, opondo-se, nas palavras do autor, à “*vaga de destruição da memória*”. O autor detém-se, então, a analisar as condições e conseqüências da arqueologia praticada como “resistência”, entendida como holística e “agressiva”.

Maria Dulce Gaspar e Eliana Escórcio, arqueólogas pesquisadoras do Museu Nacional/UFRJ, participam desta publicação com o artigo “*Indicadores de Diferenciação Social e de Gênero dos pescadores-coletores que ocuparam a região dos Lagos-RJ*”. As autoras apresentam uma análise dos acampamentos funerários do sítio Corondó, procurando evidenciar a diferenciação social e de gênero. O estudo traz um exemplo dos grupos construtores de sambaquis, aos quais tradicionalmente se atribuía uma organização social simples e que, numa nova perspectiva proposta pelas autoras, passam a não mais se enquadrar neste modelo, como sugerem evidências de estabilidade territorial e de *status* diferenciado. Conforme as palavras das autoras, “*a análise empreendida confirmou a presença de hierarquia social no grupo em questão, de elementos que diferenciam adultos e jovens, e de elementos associados aos gêneros, entre os quais um aumento do prestígio feminino ao longo do tempo*”.

O último artigo que trata da interface entre turismo e patrimônio cultural deve sua autoria a Rossano Lopes Bastos, arqueólogo consultor do IPHAN, atualmente coordenando o Curso de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – URI Campus Erechim/ RS. *“Patrimônio cultural arqueológico: instrumento de desenvolvimento turístico”* é um texto que trata das potencialidades abertas pelo aproveitamento do Patrimônio Cultural Arqueológico para o desenvolvimento do turismo cultural.

Três textos compõem a sessão atinente ao diálogo entre o turismo e o patrimônio natural, enfocando assuntos distintos: paleontologia, educação patrimonial/ambiental e recursos costeiros da Laguna dos Patos.

José Eduardo Figueiredo Dornelles, paleontólogo, coordenador do Laboratório de Zoologia do Instituto de Biologia da UFPEL, em seu artigo *“Potencialidades Turísticas e de Divulgação Científica da Paleontologia e Zooarqueologia: novas formas de divulgação de nossa pré-história e cultura locais”*, vê nas disciplinas citadas, concernentes ao patrimônio natural, uma nova forma de entender a história e a pré-história regional. Por exemplo, no que se refere à zooarqueologia em contexto histórico, aponta que os *“trabalhos preliminares de triagem do conteúdo zooarqueológico dos casarões da região central de Pelotas, vêm constituindo um marco inédito, onde se inicia uma série de interpretações relativas ao conhecimento da fauna urbana da época das charqueadas”*, o que possibilitará compreender como conviviam a sociedade oitocentista local e a fauna urbana e silvestre. No que respeita à Paleontologia, Pelotas, em decorrência de sua formação geológica, não possui afloramentos paleontológicos significativos, no entanto, possui museus que podem *“unir o rico acervo de informações referentes à zooarqueologia e à paleontologia e através [destes] e demais espaços culturais, divulgá-las cientificamente à sociedade local e internacional, como forma de obtenção e enriquecimento de diferenciadas fontes de cultura turística”*.

Especialista em Educação Infantil e em Arqueologia, Maurí Luiz Bessegatto, intelectual que aborda de forma instigante e inovadora temas como patrimônio arqueológico, numa perspectiva educacional assumidamente freiriana, contribui com nosso periódico com seu artigo *“Patrimônio: simbiose homem – meio ambiente”*, concernente à sua participação no seminário na mesa temática sobre Educação Patrimonial. O autor elege a palavra “proficuidade” como essencial para a compreensão da temática Educação Patrimonial na contemporaneidade, buscando refletir sobre o assunto, nunca perdendo de vista que o objetivo básico do processo de educação patrimonial – e aqui pensa de forma clara na educação escolar em nível fundamental – é tornar seus jovens alunos sujeitos históricos, propiciando o desenvolvimento de sua cidadania.

O último artigo que aborda a interface entre o turismo e o patrimônio ambiental é de autoria da Rosane M. Lanzer, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. *“Lagoas Costeiras:*

Patrimônio Ambiental do Rio Grande do Sul” é um artigo que apresenta, aos interessados pelo turismo e educação ambiental, as características dos três ambientes costeiros do Rio Grande do Sul, caracterizando sua formação ao longo do tempo e delatando o quanto o mau uso das lagoas vem “*destruindo a biodiversidade, ainda pouco conhecida, acelerando o processo de envelhecimento natural*”.

Ao final deste número, na sessão de notícia institucional, encontra-se um relatório do **Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Natural**, apresentando sua proposta conceitual e narrando brevemente o histórico da rede interinstitucional promotora do evento, formada pela UFPEL, UFSM e IPT/Portugal, a qual vem atuando de forma conjunta e com uma abordagem multi-disciplinar no desenvolvimento de pesquisas e ações para a preservação do patrimônio cultural, entendido em suas dimensões material e imaterial e na sua indissociabilidade entre o cultural e o natural.

No momento em que redigimos este editorial, coincidentemente no Dia Internacional dos Museus, as áreas de Antropologia e Arqueologia vivenciam a expectativa de implementação do **Museu de Antropologia e Arqueologia** da UFPEL, anunciado oficialmente, por parte da administração da UFPEL, que divulgou a previsão de um prédio próprio, para este museu, na área do novo campus do porto, a ser implementado no antigo Frigorífico Anglo. O museu está previsto, por parte da coordenação do LEPAARQ, nos seus planos de expansão, tendo um importante papel a cumprir no desenvolvimento cultural e científico da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Pelotas, 18 de maio de 2005.
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Editor dos *Cadernos do LEPAARQ*
Coordenador do Setor de Arqueologia do LEPAARQ

O INVENTÁRIO E O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

Beatriz Muniz Freire¹

RESUMO: O Registro de Bens de Natureza Imaterial, criado em agosto de 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – tornou possível o reconhecimento de bens culturais processuais e a definição de estratégias específicas de preservação e divulgação dos mesmos. Sua aplicação pressupõe a documentação dos bens culturais a serem registrados. Para procedê-la, o IPHAN desenvolveu uma metodologia específica, o Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC. A aplicação do INRC e as primeiras experiências de Registro serão comentadas à luz da ampliação do conceito de patrimônio que hoje orienta a política nacional de preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Registro de Bens de Natureza Imaterial; patrimônio; atual política nacional de preservação; bens culturais; IPHAN.

ABSTRACT: The Register of Immaterial Nature Possessions, created in August 2000, by Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN), became possible the recognition of process cultural possessions as well as the definition of specific strategies for their preservation and publication. His application supposes the cultural possessions document that will be registered. To proceed with her, IPHAN developed a specific methodology denominated National Inventory of Cultural References (INRC). This application and first experiences will be analyzed based on an enlargement of heritage's concept which, nowadays, positions the national politics about preservation.

KEY-WORDS: Register of Immaterial Nature Possessions; heritage; national politics about preservation; IPHAN; cultural possessions.

Quero agradecer aos organizadores do Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Ambiental o convite para falar sobre o Registro de Bens de Natureza Imaterial e sobre o Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC, que são dois novos instrumentos de preservação, criados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

¹ Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasil. Historiadora, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

A instituição do Registro e do Inventário pode ser vista como fruto do amadurecimento da política nacional de patrimônio que, desde sua criação, em 1937, até o presente momento passou por transformações associadas, por um lado, às mudanças conceituais que atingiram o campo do patrimônio no Brasil e, por outro, às concepções de Estado e de Bem Público dos governos que se sucederam.

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro foi instituída juntamente com o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – instituição hoje ligada ao Ministério da Cultura, incumbida da identificação e preservação de bens considerados representativos da nacionalidade. O mesmo decreto-lei que instituiu o IPHAN criou o tombamento que, como todos sabem, é o ato institucional, baseado em lei federal, que protege um bem cultural da destruição e da descaracterização. Um instrumento atual, aplicado a bens imóveis, lugares e bens móveis.

Tendo por base o conceito de patrimônio então vigente, expresso no próprio nome da instituição – patrimônio Histórico e Artístico – o IPHAN dedicou-se, nas primeiras décadas de atuação, ao salvamento emergencial de edificações produzidas no período colonial ou relacionadas a ‘grandes’ personagens históricos, além de obras de arte. Os tombamentos realizados no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos de atuação da instituição, refletem esse pensamento. São exemplos as ruínas da Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo (tombadas em 1938); Igrejas como a Matriz de São Pedro, em Rio Grande, e a Matriz de N^a S^a da Conceição, em Viamão (ambas tombadas em 1938); o Forte D. Pedro II, em Caçapava (1938); as casas dos líderes da Guerra dos Farrapos, Bento Gonçalves (1940) e Garibaldi (1941) em Piratini, e David Canabarro, em Santana do Livramento (1953), bem como a rua da Ladeira, em Rio Pardo (1955). Em Pelotas, o Obelisco Republicano foi tombado em 1955, o Teatro Sete de Abril, em 1972, e as três casas na Praça Pedro Osório, em 1977.

Tal modo de ver o patrimônio sofreu alterações no início dos anos 60, quando os sítios arqueológicos passaram a ser considerados bens patrimoniais da União, sendo protegidos por lei (Lei n^o 3924/61). Somou-se, então, ao critério histórico e artístico, o interesse científico e/ou ambiental.

A década de 70, podemos dizer, foi marcada pela ampliação institucional da área de patrimônio com a criação, em diversos estados e municípios, de políticas específicas de preservação, inspiradas na legislação federal. Nesse período, as mudanças sociais e os movimentos de contestação que ocorreram no país contribuíram para colocar em questão as políticas de preservação. A prioridade que vinha sendo concedida, até então, à monumentalidade e a critérios estéticos na

*O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial:
Novos Instrumentos de Preservação*

escolha do que deveria ou não ser preservado foi duramente criticada. O próprio IPHAN, avaliando sua atuação, concluiu que o conjunto de bens tombados como patrimônio nacional não refletia a pluralidade cultural e a diversidade social que caracterizam a sociedade brasileira. As presenças negra, indígena e de imigrantes não estavam representadas no retrato que o patrimônio nacional oferecia do Brasil.

Ocorreram, então, os tombamentos do terreiro da Casa Branca, na Bahia; da Serra da Barriga, em Alagoas (onde localizava-se o Quilombo de Palmares) e, no Rio Grande do Sul, da Casa Presser, em Novo Hamburgo, e de 48 casas representativas da imigração italiana, em Antônio Prado. Observo, aqui, que casas de madeira nunca haviam sido tombadas.

A década de 80 foi marcada por uma mudança no modo como a nacionalidade era pensada: depois de longo período em que o Estado trabalhou no sentido de inculcar nos brasileiros um sentimento de unidade nacional, chegou-se à compreensão de que a diversidade é um valor, uma característica positiva da formação cultural brasileira. A aproximação do campo do patrimônio com as Ciências Sociais, ocorrida nesse período, resultou na ampliação da noção de patrimônio, que passou a se orientar por um conceito de cultura mais generoso, baseado na idéia de que manifestações coletivas – como as festas populares –, saberes e modos de expressão diferenciados, específicos de determinados grupos sociais, podem ser vistos como referências culturais, por sua forte vinculação à identidade e à memória.

Referências culturais, nas palavras do antropólogo Antônio Augusto Arantes:

“ (...) são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura”².

² ANDRADE & ARANTES. Consultoria e Projetos Culturais. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Vol. I, Metodologia. Campinas, SP: Fevereiro/ 2000.

Aqui eu faço um parêntese para dizer que todo esse amadurecimento foi possível graças à atuação do Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1976, e posteriormente incorporado à Fundação Nacional próMemória, por sua vez absorvida pelo atual IPHAN. Dizer, também, que o entendimento de cultura mais abrangente a que me refiro retoma, de certa forma, ao pensamento de Mário de Andrade, expresso no ante-projeto de criação do IPHAN.

O que é importante observar é que os critérios para identificação de bens passíveis de tombamento foram alterados: não se referiam mais somente ao conhecimento erudito e seus produtos, mas também aos saberes e outras formas de expressão.

A Constituição de 1988, em seu artigo 216 – que definiu o patrimônio cultural brasileiro como *o conjunto de bens culturais, de natureza material e imaterial, que se referem à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade* – confirmou esse conceito. Mas, o IPHAN e as instituições de patrimônio dos estados e municípios não dispunham de instrumento adequado para a preservação de manifestações que são dinâmicas, são processuais, como é o caso de celebrações, de determinados saberes e formas de expressão. Imaginem os senhores se seria possível decretar-se o tombamento de uma procissão religiosa ou um desfile carnavalesco. Seria possível exigir que essas celebrações tenham sempre a mesma feição, percorrendo um único trajeto, enfim, permanecendo imutáveis? Claro que não.

Conforme relata o documento do Departamento de Identificação e Documentação/IPHAN intitulado *O Patrimônio Cultural Brasileiro: novos instrumentos de preservação*, a criação de um instrumento adequado ao reconhecimento de bens processuais demandou longo debate, com a participação de técnicos de diferentes instituições da área da Cultura, reunidos num Grupo de Trabalho especialmente instituído para esse fim:

“Em novembro de 1997, em comemoração aos seus 60 anos, o IPHAN promoveu em Fortaleza um seminário internacional com o objetivo de discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial”. A Carta de Fortaleza, documento final do evento, entre outras indicações, recomendou o aprofundamento da discussão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial e o desenvolvimento de estudos para a regulamentação do registro, como principal modo de preservação desses bens”.

*O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial:
Novos Instrumentos de Preservação*

“Considerando essas recomendações, o Ministro da Cultura, em março de 1998, instituiu uma Comissão e um Grupo de Trabalho para elaboração dessa proposta (...). Em dezessete meses, o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial – GTPI, realizou ampla pesquisa sobre a experiência brasileira no trato da matéria, bem como sobre as recomendações, experiências e legislações internacionais que dispõem sobre o assunto. Essas informações permitiram caracterizar o estágio atual da discussão sobre a proteção do patrimônio imaterial no Brasil e no exterior, identificar as formas de apoio e valorização mais recomendadas e os principais problemas que ocorrem nessa área de atuação” (ALVES, A. C. L., 2002).

O Registro de Bens Imateriais, instituído pelo IPHAN em 2000 (Decreto 3.551/00) é um instrumento que propõe a documentação e a produção de conhecimento como formas de preservação. O reconhecimento consiste na inscrição do bem cultural em um dos 4 Livros de Registro que foram abertos:

- o das **Celebrações**, para reconhecimento de rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- o das **Formas de Expressão**, voltado para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- o dos **Lugares**, destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem certas práticas culturais coletivas;
- o dos **Saberes**, que se refere aos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

Resulta, também, na definição de políticas de salvaguarda adequadas à realidade em questão. O conhecimento produzido sobre o bem a ser Registrado subsidia a escolha das formas de proteção. Posteriormente, outros livros de Registro poderão ser abertos para bens que não se enquadrem nos livros acima definidos.

O Registro significa, então, a identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural. Registrar implica em conhecer, por meios técnicos adequados, o passado e o presente da manifestação cultural e suas diferentes versões. Implica, ainda, em tornar essas informações amplamente acessíveis ao público (ALVES, A. C. L., 2002).

Para proceder à documentação do bem cultural que se queira registrar, o IPHAN desenvolveu uma metodologia específica: o Inventário Nacional de Referências Culturais, que também pode ser aplicado a bens materiais. Seu propósito é reunir informações disponíveis sobre um determinado bem cultural e, por meio de pesquisa a ser realizada por historiadores e antropólogos, apreender os sentidos e significados que lhes são atribuídos por grupos e coletividades. Todo o conhecimento produzido é tornado público por meio de uma banco de dados de livre acesso, razão pela qual a realização do Inventário exige a concordância explícita dos grupos investigados. Então, a idéia que inspirou a criação do Registro e do INRC é de que o modo adequado de lidar com bens processuais, imateriais, é identificando, documentando e produzindo conhecimento sobre esses bens. Como já disse, a produção de conhecimento deve subsidiar políticas de apoio adequadas às características específicas de cada bem cultural.

A noção de Bem de Natureza Imaterial aqui utilizada é aquela definida pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003:

“(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Ou seja, são criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos como expressão de sua identidade cultural e social. TRADIÇÃO tem aqui o sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’. São práticas produtivas, rituais e simbólicas constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, que mantêm para o grupo praticante o vínculo do presente com o seu passado (ALVES, A. C. L., 2002).

A implantação de um Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, visando à implementação de política de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio é recente.

*O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial:
Novos Instrumentos de Preservação*

A primeira experiência de Inventário, sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, atualmente presidente do IPHAN, foi realizada no sítio compreendido pelo Museu Aberto do Descobrimento – MADE, que abrange sete localidades na região de Porto Seguro, na Bahia.

Temos 28 outras experiências de aplicação do INRC acontecendo em todo o país. No Rio Grande do Sul, o IPHAN está realizando Inventários de Referências Culturais em São Miguel das Missões, junto aos Mbyá-Guarani que freqüentam o sítio de São Miguel Arcanjo e, em Pinheiro Machado, junto à população rural que reside nas proximidades do Cerro de Porongos. Em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o IPHAN, está inventariando o Mercado Público.

A metodologia do INRC prevê três níveis sucessivos de aproximação, cujos procedimentos de investigação se desenvolvem em planos de complexidade crescente: 1) levantamento preliminar; 2) identificação; 3) documentação. Quem faz o trabalho técnico são, necessariamente, equipes de antropólogos e historiadores, e outros profissionais, conforme o caso.

Realizado o Inventário, a solicitação de Registro, se for o caso, deve ser feita por instituições do Ministério da Cultura e suas vinculadas, por Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, pelas sociedades civis e associações civis. A concordância do grupo a que se refere o bem cultural que se quer Registrar é, como já disse, fundamental. Os estudos para a instrução do processo de Registro podem ser realizados em parceria com instituições públicas e privadas, aproveitando-se o conhecimento já produzido e acumulado sobre as manifestações culturais. Até o momento temos quatro Bens registrados:

– **O Ofício das Panelas de Goiabeiras**, no Livro dos Saberes.



V. II, nº 3. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jul 2005.

Foto Acervo IPHAN.

Foi o primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 20 de dezembro de 2002. O Registro foi feito a pedido da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e pela Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, Espírito Santo.

– A **Arte Kusiwa, Pintura Corporal e Arte Gráfica do povo Wajãpi, do Amapá**, inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão.



Imagens: Acervo IPHAN.

A proposta da Arte Kusiwa para Registro como Patrimônio Cultural Brasileiro foi feita pelo Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina; pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo; pelo Núcleo de Educação Indígena do Governo do Estado do Amapá; e pelo Museu do Índio da Funai. O Conselho Consultivo do Iphan aprovou a inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 20 de dezembro de 2002. No ano seguinte, a Arte Kusiwa recebeu da Unesco o título de Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

– O **Samba de Roda no Recôncavo Baiano**, no Livro de Registro das Formas de Expressão.



Nesse caso, a proposta de Registro foi encaminhada ao Iphan pela Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana, pelo Grupo Cultural Filhos de Nagô e pela Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, entidades da sociedade civil.

– **O Círio de Nazaré**, celebração religiosa do Pará, no Livro das celebrações.

O Círio foi escolhido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a aplicação experimental dos procedimentos de Registro à categoria Celebrações. O pedido formal de Registro foi apresentado ao Iphan pela Arquidiocese de Belém, pela Diretoria das Festividades de Nazaré e pelas Obras Sociais da Paróquia de Nazaré.

Eu passo, agora, à apresentação do *Data-Show* e estou à disposição dos senhores para perguntas. Apenas para finalizar, quero ressaltar que esses dois novos instrumentos representam um significativo avanço no sentido de ampliar a participação da sociedade civil nas questões de patrimônio. Vamos ver, com o tempo, como eles serão utilizados.

Obrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ana Claudia Lima. *O Patrimônio Cultural Brasileiro: novos instrumentos de preservação*. Brasília: MinC/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2002.
- ANDRADE & ARANTES. Consultoria e Projetos Culturais. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Volume I (Metodologia). Campinas: 2000.
- FONSECA, M. Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas do patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília/MinC, 2000.
- _____. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- SANT'ANNA, Márcia G. de. Notícias do Patrimônio. *Informativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura*. Nº. 13. Brasília, DF: Novembro/ 1999.

Recebido em: 18/11/2004
Aprovado em: 21/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

ARQUEOLOGIA E TURISMO NA AMAZÔNIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Edithe Pereira¹
Silvio Lima Figueiredo²

RESUMO: O artigo apresenta os problemas decorrentes da prática do turismo sem controle que vem acontecendo em sítios arqueológicos na Amazônia. Apresenta-se a situação atual de alguns sítios localizados em três regiões distintas no Pará e propõem-se recomendações básicas para uso turístico de sítios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio arqueológico; turismo; Amazônia.

ABSTRACT: This article discusses the main problems that have affected Amazonian archaeological sites as a consequence of unsupervised tourist practices. The current state of sites located in three different regions of Pará are examined, while some basic procedures for the touristic access to archaeological sites are recommended.

KEY-WORDS: Archaeological heritage; tourism; Amazon Region.

INTRODUÇÃO

Os vestígios arqueológicos da Amazônia sempre despertaram muita curiosidade. Amadores e especialistas fascinados pelo exotismo e pela beleza das peças arqueológicas amazônicas formaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, importantes coleções numa época onde os interesses da pesquisa convergiam principalmente para a coleta de belas peças, preferencialmente, inteiras para serem guardadas em Museus.

Os longínquos rincões de onde essas peças eram retiradas e a dificuldade de chegar até eles não constituíam necessariamente um estímulo a sua visita. Tampouco era de interesse dos pesquisadores que esses locais fossem visitados. O objetivo era a salvaguarda do objeto, enquanto que o vínculo com o local de origem

¹ Pesquisadora doutora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil. Email: (edithe@museu-goeldi.br).

² Professor mestre da Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: (slima@ufpa.br).

era visto como de importância menor. Tudo convergia para que as peças estivessem destinadas a serem admiradas no interior dos Museus.

Apesar do desenvolvimento da Arqueologia como ciência social e disciplina acadêmica durante a segunda metade do século XX, tal situação se manteve sem grandes alterações até aproximadamente o final da década de 1980. A partir daí, se inicia um período de valorização da visita aos sítios arqueológicos. Essa mudança vem ocorrendo de forma gradual e conta com a ajuda, por um lado, da mídia, e, por outro, do movimento de valorização da natureza pela sua estética. Esta última motivou o incremento de atividades como o ecoturismo³, na carona das políticas de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto e, acompanhando a onda de ações relacionadas à conservação ambiental, a visitação aos sítios arqueológicos começa a despertar o interesse do público que anseia, agora, ver os vestígios arqueológicos e conhecer as informações sobre os objetos arqueológicos nos próprios locais de onde foram retirados.

Os meios de comunicação e o cinema têm participação significativa nesse novo momento. Na década de 1980, a indústria cinematográfica norte-americana apresenta ao mundo o personagem Indiana Jones, um arqueólogo caçador de tesouros que contribuiu para popularizar a profissão. Ainda que o profissional de arqueologia esteja representado neste personagem de forma um tanto equivocada, a sua atividade começa a despertar a curiosidade do público. Um reflexo disso é facilmente observado nos títulos de matérias jornalísticas sobre a pré-história do Brasil, onde os arqueólogos brasileiros costumam ser comparados com o famoso personagem do cinema.

Nos últimos anos a pesquisa arqueológica no Brasil começou a ganhar espaço na mídia, o que tem contribuído para aumentar a popularização dessa ciência junto ao público em geral. Os resultados de pesquisas arqueológicas passam então a extrapolar o mundo acadêmico e alcançam um público mais amplo. As descobertas ocorridas em algumas regiões brasileiras se transformaram em manchetes de revistas e de jornais de circulação nacional e internacional. Isso permitiu que o público não especializado – no qual se inclui também o infantil⁴ – conheça como trabalha o arqueólogo e tenha acesso às novas informações sobre a pré-história do país.

³ Ecoturismo é o turismo realizado em lugares naturais, que contam com equipamentos específicos e programas de educação ambiental e patrimonial para minimização de impactos antrópicos negativos (Figueiredo, 1999: 98-99).

⁴ Um exemplo é a revista infantil “Recreio” que, em 2003, apresentou ao público infantil o trabalho do arqueólogo e informações sobre sítios arqueológicos de diversas partes do mundo (Revista Recreio, ano 4, números 189 a 199).

Esse conjunto de informações tem contribuído para aumentar a curiosidade do público leigo pela pré-história do Brasil estimulando, conseqüentemente, o interesse em conhecer os lugares onde há milhares de anos viveram nossos antepassados. Aos poucos, os sítios arqueológicos brasileiros passaram a ser considerados como uma opção de turismo no país e na Amazônia não tem sido diferente. Visitados inicialmente de maneira informal, rapidamente alguns sítios arqueológicos passaram a fazer parte de roteiros turísticos na região amazônica.

O TURISMO E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O turismo é uma atividade econômica que tem uma situação ímpar na relação entre matérias-primas e fabricação de produtos. A “fabricação” do produto turístico nada mais é do que a atuação de segmentos econômicos sobre potencialidades providas da natureza e da cultura, dando a elas a possibilidade de serem oferecidas a consumidores que não desejam comprá-las, mas passar pela experiência de conhecê-las e usufruir de suas capacidades de proporcionar sensações prazerosas. O turismo, portanto “vende” uma praia, uma ilha ou uma festa tradicional, e, no entanto essa “venda”, constitui-se na experiência de se usufruir desses atrativos.

Na composição do produto turístico, os itens da natureza e da cultura têm um valor destacado especialmente aqueles que, por um motivo ou por outro, são excepcionais - ou num conceito mais moderno de patrimônio, são singulares -, importantes para a sociedade que os produziu e marca de identidade e territorialidade.

Os bens arqueológicos têm um potencial enorme de atração turística, por isso são tão valorizados. Mas, essa valorização se potencializa em função de alguns elementos, como as facilidades de acesso ao sítio arqueológico, a possibilidade de visualização ou manipulação dos objetos, a importância na história local e nacional, a beleza plástica da arte e dos objetos, além das construções e monumentos antigos.

O turismo pode ser visto então como um fator importante na conservação do patrimônio arqueológico desde que sejam tomadas medidas apropriadas para o manejo dos sítios. Dessa forma ele poderá tornar-se um grande motivador econômico da manutenção dos sítios ao mesmo tempo em que os adapta para visitação, transformando-os em recurso importante de um produto turístico, ao mesmo tempo em que possibilita a construção de uma consciência para a preservação do patrimônio arqueológico.

A importância de levar ao conhecimento do grande público as informações sobre as antigas sociedades humanas é, ao mesmo tempo uma forma de fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio considerado na Carta de Lausanne como um recurso cultural frágil e não renovável (Cury, 2000:303).

No entanto, o turismo predatório pode, contrariamente, pôr em risco esse patrimônio, pois pode se perder o controle da quantidade de visitantes que uma área tão frágil pode permitir, além do que a transformação desse elemento da cultura dos povos em produto vendável pode vir a alterar (ou não) sua significação identitária para transformá-lo em componente de uma mercadoria.

O ecoturismo pode vir a ser uma forma de melhorar a relação entre o patrimônio natural e seu uso e valoração econômica. Precauções semelhantes devem nortear o turismo em sítios arqueológicos, garantindo a preservação do patrimônio cultural. Muitas vezes há coincidência entre a localização dos sítios arqueológicos e áreas procuradas turisticamente pelas belezas naturais, tornando ainda mais evidente a convergência de interesses na procura de soluções para a preservação desses dois tipos de patrimônio.

No Brasil, o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais⁵. No entanto, o gerenciamento desse patrimônio ainda deixa muito a desejar. A retomada do hábito da formação de coleções arqueológicas por leigos que, por sua vez, incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas é um exemplo do não cumprimento da legislação. Acrescente-se a isso a divulgação prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários ou onde não se tenha incrementado uma infra-estrutura que permita sua visitação pública sem riscos ao sítio e ao próprio visitante.

O TURISMO E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ESTADO DO PARÁ

A divulgação da existência de sítios arqueológicos na Amazônia, em particular no Pará, tem sido feita por agências de turismo, mas também pelo próprio governo do Estado, que vê nesses locais um importante atrativo turístico. Ações do poder público como essa, constituem uma das formas de divulgação prematura de sítios arqueológicos apontada por Gonzáles Morales (1993:182). Trata-se da difusão

⁵ Citamos entre outras a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal nº3.924 de 26 de julho de 1961, o Código Penal Brasileiro (parte especial, Título III – Dos crimes contra o patrimônio), a Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1999 do então SPAHN, a Resolução CONAMA nº001, de 23 de janeiro de 1986 e a Portaria nº230, de 17 de dezembro de 2002 do IPHAN.

institucional que, segundo esse autor, é direcionada para justificar aspectos da política de gestão cultural ou de política regional.

Esta forma de difusão é bastante perigosa visto que gestores municipais e estaduais, na ânsia de transformar sítios arqueológicos em pontos turísticos, direcionam seus esforços para uma ampla divulgação e esquecem de criar as condições necessárias para a proteção e visitação adequadas aos sítios. Dessa forma, estimula-se um turismo predatório face ao descompasso criado entre o excesso de divulgação sobre sítios arqueológicos ainda pouco ou nada conhecidos do ponto de vista científico e a ausência total de infra-estrutura para a proteção dos sítios e a segurança dos visitantes.

No Pará, algumas regiões passaram a ser incluídas em roteiros turísticos em função principalmente da existência de sítios arqueológicos. Neste trabalho, daremos destaque para a situação atual de três regiões – o município de Monte Alegre, a Serra das Andorinhas (localizada no município de São Geraldo do Araguaia) e a Ilha do Marajó (Figura 1) – nas quais os sítios arqueológicos constituem um dos principais atrativos turísticos divulgados por agências especializadas.

MONTE ALEGRE

O município de Monte Alegre, localizado no baixo Amazonas, tem como principal atrativo turístico pinturas rupestres localizadas num conjunto de três serras situadas a cerca de 40 km a oeste da sede municipal.

As pinturas rupestres dessas serras são conhecidas e visitadas há muito tempo sendo que alguns dos seus visitantes não hesitaram em deixar registrada na rocha a sua passagem. As iniciais I.H.J e o ano de 1764 grafados em meio às pinturas pré-históricas, foram observados na segunda metade do século XIX pelo geólogo Charles F. Hartt (1895:309).

Apesar de serem conhecidos e visitados há bastante tempo, foi somente a partir de 1996 que os sítios com pinturas rupestres de Monte Alegre começaram a receber um afluxo maior de visitantes. A divulgação da antiguidade de um sítio nesta região (Roosevelt, 1996) foi a mola propulsora para o incremento de turistas interessados em ver de perto pinturas rupestres feitas por grupos humanos há mais de 11.000 A.P.

O aumento no número de visitantes gerou, inicialmente, um turismo informal em que apenas alguns moradores da região lucravam com a visita dos turistas aos sítios. Posteriormente, a partir de 1999, empresas de turismo passaram a incluir sistematicamente os sítios arqueológicos de Monte Alegre nos seus roteiros e,

em pouco tempo, as conseqüências negativas dessas visitas já era visível, através da destruição de várias pinturas rupestres.

Nenhum dos sítios que hoje são visitados apresenta qualquer infraestrutura que permita que a sua exposição pública seja feita com segurança tanto para o turista como para o patrimônio que está sendo exposto. Problemas como a falta de controle de acesso aos sítios e a ausência de guias capacitados para acompanhar os turistas são apontados por Pereira (2002:238) como fatores que contribuem para colocar em risco o patrimônio arqueológico daquela região.

Além desses problemas, soma-se também uma divulgação de origem desconhecida e um tanto equivocada, feita através de uma série de cartões postais. Através desse importante veículo de divulgação turística, o responsável pela sua elaboração, além de colocar em evidência as pinturas rupestres da região, apresenta, no verso dos postais sua própria interpretação sobre o significado das pinturas rupestres.

Em 2001 foi criado o Parque Estadual de Monte Alegre e com ele renasceu a esperança de uma real proteção ao patrimônio arqueológico da região. No entanto, decorridos quatro anos de sua criação, o Parque ainda não dispõe de um plano de manejo.

SERRA DAS ANDORINHAS

Uma das grandes preocupações relacionadas com a Serra das Andorinhas é a preservação dos sítios arqueológicos. Nessa serra, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará, alguns sítios constituem-se em abrigos com pinturas rupestres que foram sumariamente documentados e por isso mesmo, as informações sobre eles são bastante restritas. Apesar disso, alguns sítios têm sido prejudicados pela ação de visitantes desinformados sobre a importância do patrimônio arqueológico. Um exemplo é o sítio Abrigo da Neblina, que é palco todos os anos de uma festa religiosa. Durante uma semana, romeiros e visitantes acampam na área do sítio e no seu entorno, cumprindo uma tradição que vem de longa data (Mattos, 1999:6). A parede do abrigo onde se concentram as pinturas pré-históricas é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (Pereira, 2002:239).

No entorno da Serra das Andorinhas, nas margens do rio Araguaia, existem dois outros importantes sítios com gravuras rupestres - a Ilha dos Martírios e a Pedra Escrita - cujo acesso é relativamente fácil e cujas gravuras podem ser visualizadas com nitidez. Esses locais estão sujeitos a riscos de toda natureza entre os quais destacamos:

a) A conformação do ambiente do vale cortado pelo rio Araguaia, por ser um rio cujo leito possui muitas pedras, e que provocam a formação de corredeiras. Durante a alternância de estações, seca e chuvosa, o rio tem uma movimentação de cheia e seca muito significativa, onde parte da ilha dos Martírios, durante a cheia, fica submersa e cada período de seca, os bancos de areia cobrem diferentes painéis. O primeiro grande risco para a conservação é exatamente esse movimento anual, mesmo que causado por fatores ambientais.

b) Segundo informaram alguns guias locais vários pedaços de rocha com gravuras foram retirados por visitantes para a formação de coleções particulares. Esta prática é facilmente reconhecível em vários pontos da Ilha dos Martírios.

c) Projetos desenvolvimentistas na área têm provocado interferência física direta. É o caso da implantação de marcos de concreto para balizamento topográfico ao lado de painéis com gravuras rupestres na ilha dos Martírios.

d) O turismo, da forma que vem sendo realizado, pode apresentar uma ameaça aos conjuntos rupestres desses sítios. Geralmente, a ilha dos Martírios é freqüentada por quatro tipos de visitante: a) os pesquisadores; b) os moradores da comunidade de Santa Cruz e seu entorno; c) os visitantes de cidades próximas, principalmente Xambioá, no estado do Tocantins e São Geraldo do Araguaia, no Pará, em busca de lazer; e d) os turistas nacionais ou estrangeiros. No caso do turismo, os roteiros eram, até pouco tempo atrás, operados pela Fundação Serra das Andorinhas, que levava os turistas para conhecer cachoeiras, trilhas e as gravuras rupestres da ilha dos Martírios, um dos principais atrativos do produto vendido. Os grupos ficavam hospedados na sede da fundação, em um alojamento bem próximo a ilha.

Durante a visitação desses grupos à ilha, a identificação dos principais conjuntos de gravuras rupestres é feita através da colocação de areia (muito abundante na ilha) no baixo relevo que formam as inscrições. Esse procedimento é feito pelos guias ou moradores locais (Figueiredo 2003:99, 2004:9). Informações sobre a origem das gravuras rupestres, a quantidade, os índios que as produziram e o significado de cada uma delas (sol, jacaré, pássaro) são repassadas ao visitante a partir da interpretação do próprio guia sem qualquer amparo científico. Por outro lado, não há qualquer tipo de supervisão para visitação da área, nem estruturas que facilitem o percurso no sítio, e que garantam a segurança do visitante e a proteção ao patrimônio. Algumas agências de turismo também operam na Ilha dos Martírios, que é vendida como um dos principais atrativos da área, juntamente com o sítio Pedra

Escrita, as cavernas, as “trincheiras” utilizadas durante a Guerrilha do Araguaia⁶, as cachoeiras e os esportes radicais. Algumas agências das cidades de Palmas e Araguaina no Estado do Tocantins operam esses passeios, enquanto outros guias fazem roteiros específicos para estudantes e pesquisadores. Um folheto do Hotel Andorinhas, localizado em Xambioá (TO), faz a seguinte oferta:

“Venha conhecer este paraíso de uma linda e exuberante fauna e uma incomparável flora. Registros de povos pré-históricos em gravuras rupestres como a Pedra Escrita. Cavernas com formações em calcáreo esculpida há milhões de anos pela natureza. Trincheiras utilizadas pelos militantes de esquerda que participaram da Guerrilha do Araguaia. Cachoeiras com mais de 60 m de altura, com água pura e cristalina. Com lugares excelentes para esportes radicais como rafting, alpinismo, canoagem ou simplesmente contemplar a natureza”.

e) A construção da hidrelétrica de Santa Isabel é talvez a principal ameaça ao conjunto de gravuras rupestres da região dos Martírios. Até onde é de conhecimento público, a construção dessa hidrelétrica não será realizada, no entanto, caso venha a acontecer no futuro, as águas da barragem irão inundar permanentemente a ilha dos Martírios e as margens do rio. Será o maior impacto já causado pelo homem nessa região.

A área da Serra das Andorinhas está localizada em duas unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, criado em 1996 e a Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia, criada em 1996, ambos ainda sem plano de manejo.

ILHA DO MARAJÓ

Os sítios arqueológicos da Ilha do Marajó foram continuamente saqueados durante todo o século XX. Coleções de cerâmica arqueológica foram

⁶ Guerrilha empreendida por militantes de esquerda, ligados ao Partido Comunista do Brasil, que se estabeleceram na região com o objetivo de criar focos de resistência ao regime militar, instalado no país com o golpe de 1964. Associando-se aos moradores da região, os guerrilheiros resistiram por algum tempo às investidas do exército, até 1975, quando foram exterminados (Alves Filho, 2002).

formadas, muitas vezes pelos próprios donos de fazendas⁷ que, por capricho ou interesse financeiro, retiraram dos sítios peças arqueológicas sem qualquer preocupação em registrar a procedência. Esta situação já foi denunciada por Roosevelt (1991:34-35) que documentou através de fotografias a destruição por retroescavadeira do aterro maior do sítio Camutins, no alto rio Anajás, e por Schaan (com. pess. 2005), que reporta a destruição de outro tesoro no mesmo sítio para a construção de uma pista de pouso, assim como o tráfico de peças arqueológicas em outras áreas do rio Anajás.

A beleza da cerâmica do Marajó e sua concentração nos tesos⁸ constituem um importante atrativo turístico para o visitante. No leste da Ilha do Marajó, com exceção das cidades de Soure e Salvaterra, a infra-estrutura para receber o turista é precária. Por outro lado, a busca pela experiência de viver no campo direcionou o turismo ecológico e o turismo rural para as fazendas do interior da ilha onde seus proprietários passaram a investir na criação de hotéis-fazenda como forma alternativa de renda. Em alguns destes hotéis-fazenda um dos atrativos turísticos é a visita a um sítio arqueológico, de onde o turista pode levar de lembrança alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica.

Essa prática é antiga, pois o turismo já há muito se desenvolve na Ilha, tendo tido seu auge na década de oitenta, quando grupos estrangeiros freqüentavam seus hotéis e fazendas. Mesmo com uma considerável queda desse fluxo, e com a mudança de perfil do público que compra o “produto” Marajó (com a presença também do turista regional, provindo do Estado do Pará), Soure, Salvaterra e outras cidades da Ilha, além das fazendas, continuam a ter no turismo uma das principais fontes de renda, junto com a pecuária. Os fluxos turísticos continuam a chegar à ilha e o turismo de massa começa a dar lugar a um turismo mais elitista, sem chegar a ser efetivado o ecoturismo que é mais adequado à conservação do patrimônio ambiental e cultural/arqueológico (Figueiredo, 1999b: 80-98).

Demonstrando essa situação, transcrevemos abaixo parte do roteiro turístico destacado da página da internet da Companhia Nacional do Ecoturismo⁹ onde essa empresa oferecia a seus clientes um pacote para as festas do final do ano

⁷ A história recente da Ilha do Marajó tem sua economia atrelada a criação de gado bovino e bubalino, que se dá, principalmente, nas inúmeras fazendas muitas delas pertencentes a famílias tradicionais da região. Uma grande parte dos sítios arqueológicos conhecidos está situada nestas fazendas.

⁸ Aterro artificial feito em terrenos alagadiços com objetivo de moradia e cemitério.

⁹ O mesmo pacote continua sendo oferecido por esta empresa para os feriados de 2005 (Páscoa, Tiradentes e Corpus Christi).

de 2004 na Ilha do Marajó onde um dos atrativos era a visitação a um sítio arqueológico:

“28/12 (Ter)–Ilha do Marajó/Fazenda - Hoje, será um dia intenso de atividades. Às 5h30, sairemos para apreciar o belo nascer do sol na Ilha do Marajó, seguindo de passeio de canoa a remo para possíveis observações de animais: papagaios, tucanos, macacos e outros animais silvestres, nossa presença será brindada com um belo espetáculo da natureza. Retornaremos à sede da fazenda para o café da manhã. Faremos uma pequena pausa para descanso e em seguida sairemos para o passeio de canoa no Rio Camará, conhecendo seus igarapés (pequenos rios no interior da mata), faremos uma caminhada pela floresta até chegarmos a um sítio arqueológico para conhecermos um pouco da cultura Marajoara, seus costumes e tradições e a variedade de plantas medicinais utilizadas pela população local. Almoço na sede da fazenda. Repouso até às 15h. O período da tarde será para cavalgadas em búfalo pelos campos, com observação da fauna e pesca nos lagos da fazenda. À noite, jantar e repouso”. (grifo nosso)

O sítio arqueológico incluído no roteiro não é nomeado, mas provavelmente está localizado próximo à Fazenda Nossa Senhora do Carmo, em Salvaterra e à Fazenda São Jerônimo, em Soure, locais de recepção dos turistas do pacote.

Da mesma forma que em Monte Alegre e na Serra das Andorinhas, no Marajó não há qualquer tipo de controle, seja por parte dos operadores seja por parte do poder público, sobre a quantidade e o tipo de visitação desses sítios, principalmente dos tesos localizados no interior de fazendas particulares que praticam o turismo.

PROBLEMAS DECORRENTES DA VISITAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

As situações mais preocupantes ligadas à visitação dos sítios arqueológicos e à relação entre a atividade turística e a arqueologia, geralmente estão ligadas à ausência da pesquisa e da intervenção e planejamento. São elas:

- Ausência de pesquisa arqueológica nos sítios, que implica na falta de informações sobre o local visitado e seus antigos habitantes;
- Ausência de plano de manejo da área onde os sítios estão inseridos;

- Ausência de estruturas que facilitem o percurso no sítio proporcionando segurança ao visitante e a proteção aos sítios;
- Ausência de supervisão para visitação das áreas;
- As informações sobre os sítios - sua origem, as características do material arqueológico, quem eram e quando viveram os índios que habitaram aquele local - são repassadas ao visitante a partir da interpretação dos próprios guias, sem amparo científico;
- Retirada, pelos visitantes, de objetos do sítio arqueológico para compor acervos particulares, como souvenir ou registro da viagem que realizou;
- Atos de vandalismo, como pichações e inscrições realizadas pelos visitantes para registrar sua passagem pelo local.
- Exagerado fluxo de visitantes ameaçando sítios com alta fragilidade.

SUGESTÕES DE A OES PARA A EXPLORA O DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PARA O TURISMO

No planejamento do turismo em sítios arqueológicos   possível observar alguns procedimentos que, além de facilitar a visita o e a visualiza o das gravuras e pinturas rupestres, objetos e obras arquitet nicas, podem ajudar na conserva o, principalmente com retorno financeiro e promovendo a auto-sustentabilidade ao sítio. Os procedimentos foram elaborados a partir de experiência de campo e de metodologias sugeridas em WWF (2003), Oliveira (2003), Boo (1995), Camargo (1998) Pereira (2002) e Figueiredo (2003, 2004).

1) A defini o, a partir de pesquisas, de áreas que podem ser reveladas ao público e áreas que não podem receber visita o   um segundo momento. Um pr -zoneamento do sítio em fun o das variáveis ambientais que são encontradas na área, das ameaças que podem vir do próprio ambiente e de a oes antrópicas de outra ordem e da própria possibilidade de visita o.

Sinaliza o do sítio e do seu entorno, de acordo com as potencialidades e fragilidades da área do sítio;

2) A musealiza o e turistifica o de zonas próximas ao sítio ou no próprio sítio são alternativas para diminuir o fluxo no próprio sítio ou em suas áreas mais frágeis. Isso pode ocorrer na prepara o de áreas completamente artificiais, que ajudem na educa o e diminuam a pressão sobre o sítio.

3) Cria o de documentos informativos sobre os resultados das pesquisas relativas ao(s) sítio(s) e a importância daquele local para a pr -história da região. Quanto

mais informações o visitante tiver sobre o local maior as possibilidades dele compreender a importância de preservá-lo.

4) Capacitação de guias especializados para que sejam repassadas de forma correta as informações sobre o local visitado.

5) O envolvimento das populações próximas aos sítios arqueológicos é imprescindível em, pelo menos, dois momentos: durante a pesquisa arqueológica e, posteriormente, quando do uso turístico dos sítios. No primeiro momento, é importante levar ao conhecimento dessas comunidades o trabalho que está sendo realizado e sua importância. Esse processo deve ser feito através de um conjunto de ações de educação patrimonial que permitam sensibilizar as comunidades sobre a importância de conhecer o passado e a necessidade preservar o patrimônio arqueológico; se os sítios estudados forem expostos à visitação turística, as comunidades também deverão participar fazendo parte nas decisões e colaborando com elas. Dessa forma, as comunidades desenvolvem o sentimento de pertencimento para com o patrimônio que as rodeia, transformando-se nos seus principais guardiães. A relação entre pesquisa arqueológica, turismo/visitação e população local é o tripé onde deve ser firmadas as metodologias de planejamento de áreas com sítios arqueológicos.

CONCLUSÃO

O encontro do patrimônio arqueológico é um dos mais fascinantes na atividade turística, pois remete o visitante ao passado, a outras realidades e ao mistério de nossa origem. Esse aspecto e a segurança das viagens fazem com que um número cada vez maior de turistas busque a visita a esses locais. No entanto, na maioria das vezes os sítios arqueológicos não estão preparados para esse uso. É necessário, portanto, que se utilize o turismo no auxílio da manutenção desses sítios, e não como um elemento que propicie a destruição, que é o que acaba acontecendo, com a retirada indevida de material arqueológico ou pichações nos paredões com arte rupestre.

É importante perceber o quanto essa atividade pode trazer benefícios, não só na formação das pessoas que visitam um sítio, quando se explica a origem do lugar e de seus habitantes, mas também no aspecto pedagógico, na passagem de informações e preceitos sobre o respeito ao patrimônio e o respeito à diferença.

A produção de artesanato local tendo nos motivos arqueológicos a principal fonte de inspiração, configura-se não apenas como uma possibilidade de

*Arqueologia e Turismo na Amazônia:
Problemas e Perspectivas*

renda extra para os moradores das comunidades localizadas próximo aos sítios, mas também contribui para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento dessas sociedades para com os sítios arqueológicos.

Nos três casos apresentados neste trabalho, o fato dos sítios arqueológicos estarem localizados em parques ambientais (Monte Alegre - Parque Estadual de Monte Alegre e Serra das Andorinhas - Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas) e em uma área de preservação ambiental (Arquipélago de Marajó – APA Marajó) garante, desde que sejam criados e implementados seus respectivos planos de manejo, a solução para os problemas detectados nos sítios arqueológicos. Tal situação, no entanto, não é comum em uma região onde há uma grande quantidade de sítios arqueológicos ainda não estudados à espera de algum interessado em obter lucro através de um turismo não planejado. Foi essa preocupação que nos levou a sugerir neste artigo algumas recomendações básicas para a visitação pública de sítios arqueológicos, estejam eles ou não em áreas de proteção ambiental. As sugestões aqui apresentadas têm como objetivo dar o primeiro passo para a discussão sobre o assunto de forma que num futuro próximo qualquer sítio arqueológico no país para ser aberto a visitação pública deva obedecer alguns procedimentos básicos visando a sua conservação.

IMAGEM



Figura 1 – Localização das áreas onde o turismo arqueológico tem ocorrido de forma mais intensa no estado do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, Armando. *Pontos de História da Amazônia*. Vol. II. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. pp. 102.
- BOO, Elizabeth. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995. pp. 33 – 57.
- CAMARGO, Paulo. O aproveitamento dos vestígios arqueológicos para o turismo: potencialidades de Iguape/SP. In: *Boletim de turismo e de Administração Hoteleira*. São Paulo, vol. 7 n. 1, maio, 1998. pp. 42-55.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 384 p.
- FIGUEIREDO, Silvio et al. *Parques e Turismo: Estudos de Planejamento do Parque da Serra das Andorinhas-PA*. Belém: 2004. mimeo. PP.34.
- FIGUEIREDO, Silvio. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFGA, 1999. pp. 207.
- FIGUEIREDO, Silvio. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFGA, 1999b. pp. 75-126.
- FIGUEIREDO, Silvio. Parque da Serra das Andorinhas, gestão e participação. In: GIMENES, Maria Henriqueta (org.). *Oportunidades e Investimentos em Turismo*. São Paulo: Ed. Rocca, 2003. pp. 93-105.
- GONZÁLES MORALES, Manoel R. *La difusión de los hallazgos de arte rupestre*. In: *LA PROTECCION y conservación del arte paleolítico*. Asturias: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, 1993. pp. 181-184.
- HARTT, Charles Frederich. Inscrições em rochedos do Brasil. In: *Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano*. Recife: 1895, n. 47, pp. 301-329. il.
- MATTOS, Maria Virgínia Bastos. Os cantos do “Divino da Casa de Pedra”: Reflexões sobre alguns aspectos lingüísticos. In: *Boletim Casa da Cultura de Marabá*. Marabá-PA: 1999. pp. 6-24.
- OLIVEIRA, Fernando. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. Campinas/SP: Ed. Papirus, 2003. pp 178.
- PEREIRA, Edithe. Arte rupestre na Amazônia – um patrimônio ameaçado. In: *Fundamentos*. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. V.1, n.2, 2002. pp.233-241.
- ROOSEVELT, Anna. *Moundbuilder of the Amazon: Geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil*. Academic Press, San Diego, CA. 1991. pp. 34-35

*Arqueologia e Turismo na Amazônia:
Problemas e Perspectivas*

- ROOSEVELT, Anna et al. Paleoindian cave Dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. In: *Science*, 272, Apr. 1996 pp. 373-84.
- UNIVERSIDADE Federal do Pará. Centro de Geociências. *Projeto Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas: estudos integrados para conhecimento e preservação*. Belém, 2002.pp. 254.
- wwf. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária. Brasília, 2003.
- www.cianacional.com.br

Recebido em: 21/11/2004
Aprovado em: 23/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

ARQUEOLOGIA E IDENTIDADES: A TORRE DE MARFIM NA ENCRUZILHADA

Prof. Dr. Luiz Oosterbeek ¹

RESUMO: A arqueologia cresceu, desde o século XIX, no equívoco epistemológico de se assumir ora como corpo de técnicas, ora como forma específica de fazer história, mas sempre como um corpo cuja dignidade disciplinar se foi, com algumas exceções, procurando na construção de “segredos da profissão”. No início do século XXI, essa torre de marfim, há muito feita ruína, vai ganhando consciência de que não tem futuro, ou de que o seu futuro exige uma abertura social, o assumir do seu carácter supra-disciplinar, e o contributo que, nessa dimensão, diferentes sectores da sociedade devem dar para a construção do saber arqueológico. Em face de uma lógica de “resistência” (o patrimonialista é o que resiste á vaga de destruição da memória), propõe-se uma abordagem holística e “agressiva”, que assume o arqueólogo como técnico ao serviço da sociedade. Mas, como tudo na vida, há um preço a pagar....e sobre ele se tentará conversar um pouco.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia; património; turismo; qualidade.

ABSTRACT: Archaeology grew, throughout the XIXth century, divided between considering itself as a corpus of techniques or as a specific way of making history, but always as a common "body" with a shared disciplinary dignity based, with few exception, in the building of "professional secrets". In the dawn of the XXIst century this ivory tower, long turned into a ruin, is becoming aware of its lack of future, or that its future requires social openness, assuming a character beyond disciplines, and that, in such dimension, different social sectors need to provide specific contributions to the construction of the archaeological knowledge. Facing a "resistance" logics (the heritage professional is the one who resists against memory loss), one suggests an holistic and "aggressive" approach, assuming the archaeologist as a technician serving society. But, as always in life, there's a price to pay...one we will try to argue about.

KEY-WORDS: archaeology; heritage; tourism; quality.

Talvez a primeira área de saber “pós-moderno” tenha sido a arqueologia, que desde a sua formação como disciplina autónoma, no século XIX, conviveu mal com o espartilho disciplinar de uma modernidade racionalista que, em meados desse século afirmara já a plenitude das suas potencialidades e se preparava para, até ao final do século, se esgotar enquanto via de saber “positivo”. A “inquietação”

¹ Instituto Politécnico de Tomar (Portugal).

inerente à investigação nos mais diferentes campos do saber, acelerada depois da década de 70 no século passado, faz parte da matriz fundadora da arqueologia. Uma área do saber que se alimentava do classicismo, da geologia e da etnografia ao mesmo tempo; um campo de estudo que se reconhecia simultaneamente nas ciências do Homem, da Terra e da Natureza.

Uma disciplina tem um objecto, um *corpus* metodológico e uma matriz teórica explicativa, dizem os manuais. Mas qual o objecto da arqueologia? A que perguntas fundamentais procura responder? É certo que lhe reconhecemos alguns métodos, sobretudo na abordagem dos vestígios materiais do passado, mas essa perspectiva “metodologizante” foi a que lhe recusou, por tanto tempo, um estatuto para além do de mera auxiliar da história. Em que se distingue o seu objecto do desta última? Ou do da antropologia, quando falamos em arqueologia social? Ou do da Geografia, quando falamos de arqueologia espacial? Ou do da Paleontologia Humana, quando tratamos de estabelecer a nossa origem? Onde estão as “fronteiras” da arqueologia?

A arqueologia não existe fora de cada uma destas suas “irmãs-rivais”. É por isso que não é uma disciplina; é por isso que é, antes de mais, uma forma de entender o Ser humano no mundo e, nessa medida, uma área de saber pós-moderna, como o viriam a ser a ecologia ou as ciências da informação e da comunicação.

E daí o equívoco, o “pecado original” que se derramou sobre os descendentes de Lubbock, Montellius ou Tylor. Nascida “antes de tempo”, a arqueologia foi-se afirmando profissionalmente como “uma disciplina”, ancorada não tanto na especificidade do seu objecto como no conjunto de “segredos profissionais” que revestiram, pouco a pouco, um complexo edifício de interesses por vezes conflituantes, ora mais ligados ao mundo académico (junto a Departamentos de História, de Antropologia, de Geologia, de Biologia, de Geografia... assim sublinhando a sua falta de unidade disciplinar), ora a meios mais “pragmáticos” (arqueologia pública, arqueologia museográfica, arqueologia empresarial).

Mas, para se impor num meio académico de matriz racionalista e positivista, a arqueologia foi reforçando os artifícios segregadores de identidade, como um léxico específico (do biface à mancha de ocupação, dominamos um vocabulário incompreensível mesmo para os nossos colegas de áreas vizinhas), uma relativa opacidade do discurso (sublinhamos a nossa identidade não nos fazendo compreender, tal como os informáticos o faziam até à revolução Macintoshiana), e uma forte carga estética (alimentada por desenhos e fotografias, mas também por uma cultivada qualidade literária) embrulhada numa retórica cada vez mais

científica (reclamando o estatuto de ciência pela exibição de “provas” fósseis). Este complexo e elaborado edifício, excelente torre (ou torres, porque sempre se foram afirmando várias torres concorrentes) de marfim, ajudou a evitar o debate interdisciplinar, que poderia questionar os fundamentos da autonomia reclamada.

É esta pluralidade, difícil de apreender socialmente e não consciencializada, mesmo refutada, pelos artífices da arqueologia, que continua a alimentar o imaginário popular que vê no arqueólogo um qualquer *Indiana Jones*.

A crise da fé positivista, no plano epistemológico, associada à emergência do discurso cultural humanístico, tendente a resgatar a dignidade das expressões culturais menos monumentais (com evidentes conotações políticas), alargou de forma insuspeitável o território da arqueologia. A arqueologia, sobretudo a partir da década de 70, foi-se assumindo como instrumento de recuperação de paisagens fósseis, feitas de um sem número de indícios, de sombras, entre as quais se começou a ver pluralidades culturais onde antes se viam apenas culturas discretas ou processos evolutivos. Esta nova forma de encarar o olhar arqueológico sobre o território, que em rigor coexistia com outras desde o século XIX mas que só agora se torna dominante, levou a associar a arqueologia à ecologia, conferindo-lhe por essa via uma nova influência social, no quadro dos estudos e minimizações de impactes ambientais. É difícil não ver neste processo o ressurgir da arqueologia como variante da biologia, que agora procura conservar vestígios como quem conserva ninhos de cegonhas ou elefantes em perigo de extinção. É, também, uma arqueologia cada vez mais antropológica, ou seja, mais preocupada com a variabilidade da espécie do que com a sua historicidade evolutiva. E é uma arqueologia assumidamente geográfica, que recusa a visão do património como um conjunto de peças que se podem recortar e afirma a unidade indissolúvel do todo: é esse o fundamento dos parques arqueológicos e foi esse o verdadeiro cerne do debate internacional sobre a preservação das gravuras rupestre do vale do Côa em Portugal, em 1994 e 1995.

Significativamente, o debate sobre o vale do Côa na década passada não foi um debate técnico ou entre arqueólogos, embora estes tivessem um papel importante a jogar. Tratou-se, antes de mais, de um processo social, alimentado pelos jovens estudantes e, depois, retomado pela imprensa mundial. A maioria dos arqueólogos não interveio nesse debate. De alguma forma, nem tal seria de esperar, pois o que Foz Côa significou para a arqueologia europeia foi, objectivamente, o irromper da dinâmica social por sobre a visão tecnocrática da torre de marfim. Em 1995 recusou-se o modelo que, até então, fora o melhor exemplo de boa gestão do património arqueológico ameaçado: a gigantesca operação de Assuan no Egipto. No final do século, o que largos sectores da sociedade fizeram foi tentar utilizar a

arqueologia para propor soluções alternativas de gestão do território, simultaneamente convocando os arqueólogos para essa tarefa (o que, num primeiro momento, lhes reforçou a projecção mediática), mas a prazo apropriando-se desse território e da arqueologia com ele (alienando os arqueólogos da posse de um “objecto” que, sem nunca ter estado bem estabelecido, era em todo o caso o alvo do seu corpo de saberes). Foz Côa representou para a arqueologia europeia e do velho Mundo o sinal que, no campo da antropologia e do novo Mundo, representam os debates sobre os direitos dos povos indígenas. E foi uma batalha “ganha” pela sociedade, e não pela corporação dos arqueólogos. É neste terreno que, hoje, se travam as grandes batalhas em defesa da arqueologia, como a da Serra da Capivara no Brasil ou a dos Kurgans da Ásia Central.

O alargamento do leque de objectos intervencionados pela arqueologia, até ao ponto de abranger a totalidade do espaço e de envolver uma crescente parafernália de métodos analíticos, veio, por outro lado, tornar cada vez mais dispendiosa esta actividade, colocando exigências de um esforço financeiro crescente, por parte das sociedades, no estudo e salvaguarda das suas memórias fósseis. Esta realidade é hoje o golpe de misericórdia sobre as torres de marfim que, isoladas da sociedade, vão sendo asfixiadas pela falta de recursos.

No entanto, a arqueologia não deveria temer esta abertura social, porque desde a sua origem foi um campo de saber construído com uma forte componente de trabalho colectivo, feito de gerações sucessivas de operários e de estudantes que, por serem os responsáveis por registos de realidades por eles imediatamente destruídas (no avanço das escavações), participaram na construção do “saber arqueológico”. A arqueologia foi, desde sempre, e apesar das torres de marfim, uma área da *praxis*, com uma forte componente de dialéctica social na construção do seu discurso. Hoje, tal como a ecologia, deve saber incorporar saberes não eruditos, compreendendo a sua relevância no quadro da função social da arqueologia.

O turismo enquadra-se neste processo, pois o turismo constitui um processo de contacto entre identidades culturais diversas e a arqueologia participa do processo de construção dessas identidades. Olhado como adversário da conservação do património durante muito tempo, o turismo comporta, efectivamente, sobretudo três riscos: o de artificializar a memória, destacando apenas certos locais que se musealizam; o de erosionar materialmente os locais visitados, por excesso de carga; o de alienar os residentes da fruição desses locais.

No entanto, existem também dinâmicas no turismo que são positivas para o património. A frequência turística de certos espaços gera a necessidade de conservá-los, trazendo assim, para a arqueologia, mais recursos financeiros. Por

outro lado, o turista procura, embora encontre cada vez menos, a genuinidade dos locais que visita e, nesse sentido, não aprecia a mera cenografia e a alienação acima referida; pelo contrário, o turista procura locais com os seus habitantes, procura vivências diferentes. Se o turismo de massas é potencialmente um turismo que prejudica o património, pois rapidamente ultrapassa a sua capacidade de carga, não é menos verdade que, face á indústria turística, o turista e o arqueólogo estão, no essencial, do mesmo lado: ambos procuram memórias e a sua conservação, ambos recusam a massificação e valorizam as especificidades. Claro que, nesta concepção, falamos do turista genuíno, e não no excursionista, sendo que os primeiros serão entre 10 a 20% do total dos viajantes na actualidade.

A arqueologia deve, então, sair da sua arruinada torre de marfim, e incorporar os turistas na construção do discurso arqueológico. Na verdade, sabemos hoje que o passado é uma construção ideológica produzida pela sociedade, e em permanente re-elaboração. Os arqueólogos são técnicos especializados nesse processo, e essa é a sua função social, mas não devem esquecer que o passado “verdadeiro” é aquele que a sociedade percebe, e que o acto de perceber é uma relação, e não uma mera assimilação. Os arqueólogos têm, assim, uma função insubstituível, mas que só é útil na medida em que convocam toda a sociedade a participar no processo; se o não fizerem, a sociedade terá do passado uma percepção divorciada do saber arqueológico, e esse é o drama da torre de marfim. Pelo contrário, se se construírem mecanismos de participação social na construção do saber arqueológico, então este último será mais assumido pela sociedade no seu conjunto e, dessa forma, mais útil e mais eficiente. Será um saber de raiz científica, racionalista, e que tomará a investigação dos arqueólogos como unidade nuclear, mas será, também, um saber temperado pelos pontos de vista locais, com uma dimensão emocional recuperada.

Actualmente, os turistas constituem, pela sua postura de curiosidade pelo diferente, um sector da sociedade especialmente relevante para a participação neste processo de construção do passado. O que importa, então, é delinear os mecanismos de participação dos mesmos numa estratégia de compreensão, valorização e salvaguarda do património.

É nesta perspectiva que se criou o sistema HERITY (acrónimo de Heritage and Quality), que começa a ser testado em diversos países e que seria interessante que começasse a ser implementado no Brasil. Este sistema parte da concepção de que o Património, material e imaterial, é a memória histórica da Humanidade e a raiz da pluralidade de identidades existentes. Por isso, toda a sociedade tem com ele uma relação umbilical, mesmo que dela decorra, como tantas

vezes acontece, uma prática destrutiva. Importa, assim, definir estratégias de gestão do património que sejam compatíveis com a sua conservação e sustentáveis do ponto de vista das relações socio-económicas. É aqui, pensamos, que reside a chave para a articulação dos termos que constituem o mote deste Seminário.

Uma gestão compatível e sustentável requer a confluência e permanente interacção de diversas dimensões, que não podem mais continuar isoladas: a investigação (a componente basilar, pois é ela que identifica e caracteriza os elementos de memória), conservação (que monitoriza a compatibilidade das intervenções sobre o património, pois é ela que evita a sua destruição), valorização (pela musealização de certos espaços, construção de itinerários ou edições de divulgação generalista ou especializada) e uso (a fruição, que interessa a toda a sociedade). Conhecemos muitos contextos em que um destes componentes é excelente, mas onde falham outros e, a prazo, todo o contexto se degrada. É um facto que estes quatro níveis não são apenas diferentes, são contraditórios entre si. Um plano de gestão deve integrar todos os actores do processo, e negociar pontos de equilíbrio.

São três os principais actores do processo. Por um lado os arqueólogos e outros especialistas da memória, junto com as associações de defesa do património; eles se preocupam sobretudo com a investigação e conservação. Por outro lado os empresários e gestores do território, que se preocupam sobretudo com a valorização para o uso. Mas o terceiro actor são os usufrutuários, que normalmente não são escutados pelo primeiro grupo (que deles desconfia) e que, em consequência, são apenas condicionados pelo segundo. Criar mecanismos de participação dos usufrutuários na definição do processo (e não apenas no consumo dos produtos finais) é positivo para os interesses da investigação e conservação, pois eles são naturais aliados de uma estratégia compatível; mas é igualmente positivo para o mundo empresarial, pois o maior envolvimento da população neste processo aumentará os níveis de frequentação, permitindo assegurar estratégias de crescimento sustentável. A palavra-chave num sistema integrado em que intervenham todos estes actores é “qualidade”.

O sistema HERITY define quatro vectores de abordagem para a classificação de um bem cultural (sítio, museu, festa ou outro): valor percebido, conservação, comunicação e serviços oferecidos. Em todos eles intervêm todos os actores referidos.

O valor percebido é o que confere a um determinado sítio, ou peça, ou paisagem, um carácter “memorial”. Pode ser um valor determinado pela ciência e ainda pouco reconhecido pela sociedade, ou pelo contrário ser muito valorizado por

uma comunidade local mas menos exemplar do ponto de vista da investigação. Pode ser um valor artístico, ou social, ou outro ainda. E pode, muitas vezes é, ser o cruzamento de diversas valias diversas e, eventualmente, contraditórias. Avaliar o valor percebido é, pois, uma primeira forma de garantir a participação social na construção dos espaços de memória.

A conservação é o conjunto de medidas, desde planos de gestão a intervenções técnicas especializadas, que asseguram a manutenção do equilíbrio actual de um determinado bem. Uma recuperação de fachadas que destrua os interiores, ou uma conservação técnica que não esteja integrada num plano de gestão compatível e sustentável, não podem merecer avaliação positiva.

A comunicação é uma dimensão crucial na gestão do património. Como se estabelece a relação entre o saber académico e os quadros conceptuais dos visitantes? Há discursos para diversos públicos? São utilizadas línguas diferentes? Há pluralidade de caminhos a percorrer, sugerindo a criatividade e reflexão por parte dos visitantes? Há mecanismos para os visitantes contribuírem para a produção do conhecimento (por exemplo, em certos museus de antropologia, existem espaços para os visitantes gravarem os seus testemunhos que são, subsequentemente, incorporados no próprio museu).

Finalmente, que serviços complementares são oferecidos, desta forma facilitando a integração desses bens no fluxo social, ou seja, tornando-os espaços públicos não segregados. Há banheiros? E cafés? Há uma loja para comprar recordações? Há um serviço didáctico ou uma oficina onde se possa aprender ofícios tradicionais?

Em todos estes momentos, os visitantes, os usufrutuários, intervêm no processo de classificação e de avaliação de um bem cultural. Seria muito interessante que estes princípios fossem aprovados neste Encontro, e que dele nascesse uma vontade de estabelecer alguns planos de gestão integrada que viessem a ser avaliados pelos critérios HERITY dentro de dois ou três anos.

É necessário promover uma crescente integração entre a arqueologia e o turismo, porque a arqueologia é o instrumento para resgatar a esmagadora maioria do Património ainda não conhecido e porque o turismo é o sector económico com maior impacto sobre o Património. Precisamos de uma visão holística de uma estratégia “agressiva”, que assuma o arqueólogo e o turismólogo como agentes técnicos ao serviço da sociedade, sem que um ou outro pretendam ser os “coordenadores”. Precisamos romper com falsas visões hierárquicas e de aprender a trabalhar em rede.

Em Portugal, constituímos uma estrutura, designada por Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo, onde se articulam duas dezenas de entidades, incluindo prefeituras, ensino superior, centros de investigação, organizações não governamentais de defesa do património e agências de desenvolvimento. Todas estas entidades destacaram técnicos que, todos os meses, reúnem e fazem propostas de intervenção comuns, que assim preparadas encontram maior facilidade de implementação. Na base tentamos criar uma imagem exterior baseada na unidade cultural e socio-económica da região. Creio que este modelo, que já mereceu apoio da UNESCO, é uma forma de contribuir para aproximar os vários actores deste processo e, dessa forma, contribuir para o verdadeiro desenvolvimento.

A arqueologia é uma área do conhecimento que intervém no processo de formação das identidades colectivas, a vários níveis. Essa é, e será cada vez mais, a sua grande relevância social, num mundo que precisa cultivar o direito à diferença, o interesse pela pluralidade. A arqueologia, cuja maior fraqueza, no passado, era uma incapacidade de produzir verdades inquestionáveis, tem hoje a força de afirmar incertezas, contradições e diversidades.

Este seminário decorre no quadro da preparação do XV Congresso Mundial da UISPP, a organização da UNESCO para a arqueologia, que se realizará em Lisboa em Setembro de 2006. Este será um congresso em que a atenção a estas temáticas assumirá um destaque sem precedentes, procurando posicionar a comunidade científica internacional neste novo quadro social e epistemológico. As conclusões do presente seminários serão, seguramente, de grande importância para o Congresso de 2006.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ASHWORTH, G. and TUNBRIDGE, J. *The Touristic-Historic City*. London: Bellhaven, 1990.
- BRETT, D. *The Construction of Heritage*. Cork: Cork University, 1996.
- CRUZ, A.R., OOSTERBEEK, Luiz. (coord). *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – perspectivas em diálogo*. Série ARKEOS, vol.1. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 1997.
- LEWIS, D. & ROSE, D. *The shape of the dreaming. The cultural significance of Victoria river rock art*. Canberra: Aboriginal Studies Press, 1995. pp. 79.
- GRAHAM, B. *A Geography of Heritage*. London: Arnold, 2000.
- LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: CUP, 1989.
- OOSTERBEEK, L. Artes, Ciências e Tecnologia: dialéctica da educação ou o paradoxo da modernidade politécnica. In: CRUZ, A.R., OOSTERBEEK, L. (coord.). *Perspectivas em Diálogo. 1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia*. Série ARKEOS, vol.6, tomo I, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 1999. pp.179-186.
- OOSTERBEEK, L. *Da Natureza das Coisas - convite à inquietação*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 1999.
- OOSTERBEEK, L. *Fundamentos de Turismo*. Pelotas: Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2000.
- OOSTERBEEK, L. Cultural heritage and Human Rights: a matter for long life learning, In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Proceedings of the 5th International Meeting*, Roma: DRI, 2001. pp. 212-215.
- OOSTERBEEK, L. Que limites para o espaço lusófono? Que limites para o Turismo?, In: *II Congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento, Anais*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2002. pp. 73-77.
- OOSTERBEEK, L. Brittle Memories: the most unknown but unexpected and forgotten Heritage, In: *La Gestione del Patrimonio Culturale: il patrimonio inconsueto - Proceedings of the 8th International Meeting*, Roma: DRI-Ente Inerregionale, 2004. pp. 20-23.
- SCATAMACCHIA, M.C..M., OOSTERBEEK, L. *Entre o Espanto e o Esquecimento - Arqueologia das sociedades brasileiras antes do contacto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

*Arqueologia e Identidades:
A Torre de Marfim na Encruzilhada*

WINTER, Tim. *Cultural Heritage and Tourism at Angkor, Cambodja: developing a theoretical dialogue*. In: *Historic Environment*. 17-3, 2004. pp.3-8.

TUNBRIDGE, J. and ASHWORTH, G. *Dissonant Heritage*. Chichester: Wiley, 1997.

Recebido em: 20/11/2004
Aprovado em: 21/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

INDICADORES DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E DE GÊNERO DOS PESCADORES-COLETORES QUE OCUPARAM A REGIÃO DOS LAGOS-RJ

Eliana Escórcio¹
Maria Dulce Gaspar²

RESUMO: Analisamos os acompanhamentos funerários presentes no sítio Corondó em busca de indicadores de diferenciações sociais e de gênero. Por muito tempo, os grupos construtores de sambaquis foram vistos como bandos nômades coletores de moluscos, com uma organização social bastante simples, mas evidências de estabilidade territorial e de *status* diferenciado colocaram em discussão este modelo. A análise empreendida confirmou a presença de hierarquia social no grupo em questão, de elementos que diferenciam adultos e jovens, e de elementos associados aos gêneros, entre os quais um aumento do prestígio feminino ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: sambaqui, diferenciações sociais, gênero.

ABSTRACT: The mortuary data from the Corondó archaeological site have been analysed in search of markers of social and gender differentiations. For a long time, the *sambaqui* moundbuilders had been seen as mollusc gatherers bands of nomads with a very simple social organization but evidences of territorial stability and differentiated status challenged this model. The analysis presented here confirmed the existence of social hierarchy among the group in question; it has also indicated elements that differentiate adults from children and adolescents, as well as those concerning gender relations, among which an increasing of feminine prestige along the time.

KEY-WORDS : *sambaqui*, social differentiations, gender.

INTRODUÇÃO

Desde o início da arqueologia brasileira, os grupos construtores de sambaquis foram vistos como bandos nômades coletores de moluscos, com uma organização social bastante simples. Tal quadro vem se alterando, na medida em que

¹ Museu Nacional - UFRJ, Brasil.

² Museu Nacional / UFRJ, pesquisadora do CNPq e Bolsista do Nosso Estado / FAPERJ, Brasil.

novas abordagens colocaram em evidência aspectos que não se coadunam com esta visão tradicional. Os ambientes costeiros elegidos por esses grupos para assentar os sambaquis, dada a abundância e variedade de recursos à disposição, oferecem a possibilidade de sedentarização e crescimento demográfico, condições que favorecem o desenvolvimento de diferenciações sociais (GASPAR, 2000). Neste contexto, o debate em torno da organização das sociedades sambaquieiras vem se intensificando nos últimos anos, em torno de temas como processo construtivo, padrões de assentamento, função de sítio e outros (Ver GASPAR:1998, DE BLASIS et al: 1998, FISH et al: 2000, LIMA: 1996, 2000, 2001), em consonância com esta nova perspectiva.

Os estudos de gênero se incluem entre as novas abordagens do registro arqueológico capazes de contribuir para um delineamento mais matizado daqueles grupos sociais. Tais estudos surgiram, no campo da investigação científica, como uma das extensões do movimento feminista da década de 60, responsável pela introdução de uma visão feminina sobre os objetos da investigação científica e de novos objetos/temas de estudo, não visualizados por uma ciência construída por um olhar predominantemente masculino. O movimento feminista teve seus reflexos no Brasil, como mostra o artigo “Estudos de Gênero no Brasil” (1999), de Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, em que se descreve como ocorreu aqui o processo de institucionalização da visão feminina no campo da produção de conhecimento. No que se refere à arqueologia brasileira, os estudos de gênero só começaram a surgir em tempos relativamente recentes, sendo muito pequeno ainda o investimento nesta área, como constata Tânia Lima (2003: 136). No âmbito da arqueologia do período anterior à invasão européia, citamos, por exemplo, o artigo de Denise Schaan (2003), que investiga gênero e organização social no espaço ritual e funerário marajoara. Quanto aos construtores de sambaquis, há todo um caminho ainda a percorrer.

Propusemos-nos investigar indicadores de diferenciação social e de gênero nos enterramentos descritos em estudos de sambaquis do estado do Rio de Janeiro, como parte de um projeto mais amplo que engloba os sambaquis de Sul e Sudeste. A revisão bibliográfica empreendida constatou que, de uma maneira geral, as descrições de sepultamentos variam muito no grau de detalhamento e abrangência e, normalmente, contemplam um número limitado de enterramentos. Dentre os trabalhos disponíveis, um se destaca pelo amplo e minucioso conjunto de dados que oferece - o estudo do sítio Corondó empreendido por Lília Cheuiche Machado (1984) - o qual constituiu-se no objeto das nossas reflexões no presente trabalho, complementados pelo estudo de Eliana Carvalho (1984), que aborda o mesmo sítio

arqueológico. Esses dados foram analisados tomando-se por pressuposto que “o programa mortuário remete à organização social dos sambaquieiros e a presença de sepultamentos elaborados [apontaria para] a existência de desigualdade social” (GASPAR, 2.000: 70). Quanto às correlações entre acompanhamento e gênero, entendemos que estas devem ser reforçadas por diversas linhas de evidência e fundamentadas de forma convincente, sendo preciso, ainda, justificar a aplicabilidade das analogias a cada caso em particular, como ressalta Sarah Nelson (1997: 64).

CORONDÓ – ELEMENTOS PARA UM ESBOÇO

O sítio localizava-se em favoráveis condições ecológicas, capazes de proporcionar variados recursos de sobrevivência a sua população, que lá permaneceu por um longo tempo, conforme indicam seus padrões de assentamento (MACHADO, 1984: 345). A datação mais antiga e a mais recente, da ordem de 4.200 AP (camada IV) e 3.200 AP (camada II), respectivamente, revelam um período de ocupação permanente de cerca de mil anos, pelo menos (MACHADO, 1984: 26 – 28).

Os enterramentos concentravam-se numa área preferencial de sepultamento, a porção nordeste-leste do Montículo II, setor LA – 15, num diâmetro de 8 a 10 metros: 120 esqueletos, dispostos ao longo das quatro camadas de ocupação (MACHADO, 1984: 155), orientados, em sua maior parte, no sentido norte-sul / sul-norte e colaterais, em função, possivelmente, da lagoa próxima ao local, da qual a comunidade dependia para viver (MACHADO, 1984: 350). Centramos nosso olhar no acompanhamento funerário – corante, instrumentos e adornos – na expectativa de delinear traços da sociedade que viveu no Corondó.

Há corante na grande maioria dos enterramentos (40/51) (MACHADO, 1984: 161). A ausência dele coincide com a ausência dos outros acompanhamentos: dos 38 indivíduos sem corante, 35 também não tinham instrumentos ou adornos; 54 indivíduos apresentaram apenas corante. A distribuição deste acompanhamento nos fala de *status* diferenciado entre a população, mas o critério social para sua presença, ou ausência, não parece estar relacionado ao sexo: para um total de 25 homens e 33 mulheres, há 6 homens e 7 mulheres sem corante, e 11 homens e 15 mulheres com apenas corante. Se havia diferença entre homens e mulheres, ela não estava expressa na simbologia do corante.

A maioria dos instrumentos recuperados, cerca de 41, acompanhou adultos. Apenas cinco artefatos acompanhavam quatro corpos de jovens, sendo três

*Indicadores de Diferenciação Social e de Gênero dos Pescadores-Coletores
que ocuparam a Região dos Lagos-RJ*

crianças e um adolescente³. Todos os outros instrumentos, cerca de 41, acompanharam adultos. Instrumento é atributo da vida adulta. Todos os tipos de instrumentos, sejam ósseos, líticos ou conchíferos, ocorrem para homens e mulheres ao longo de todo o período do Corondó, mas as mulheres os têm em maior número: 62% dos instrumentos estão com 11 mulheres e 26% deles com 6 homens (em percentuais redondos). Os instrumentos de concha são os únicos orientados por gênero, embora sem exclusividade: cinco mulheres com conchas para apenas um homem⁴. A exceção dos instrumentos conchíferos, o universo social a que remetem esses acompanhamentos não é atributo único de nenhum dos sexos, em termos qualitativos, mas está fortemente associado às mulheres, em termos quantitativos. Considerando-se que há adultos sem instrumentos, sua presença talvez remeta a lideranças individuais e/ou grupais associadas às respectivas atividades. Instrumentos em enterramentos de crianças/adolescentes indicariam que esses jovens correlacionavam-se a esses indivíduos e/ou grupos de destaque.

A distribuição das pontas ósseas suscitou algumas considerações. Observe-se a tabela a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DAS PONTAS ÓSSEAS (Tabela 1)

MULHERES	HOMENS	CRIANÇAS / ADLS
Nº 52 (+ 50 anos) 1 ponta	Nº 58 (45 anos) 4 pontas	Nº 91 (9/10 anos) 1 ponta
Nº 61-A (+ 30 anos) 2 pontas	Nº 87 (46 anos) 1 ponta	Nº 110-A (6m/1ano) 1 ponta
Nº 72 – A (41 anos) 1 ponta	Nº 95-A (25/35 anos) 1 ponta	
Nº 90 (+ 50 anos) 1 ponta		
Nº 106-A 3 pontas (idade ?) + 4 frags.		

³ Nº 110-A e 91 uma ponta cada, nº 111 um artefato conchífero, nº 73, 2 líticos.

⁴ Conferir Machado, 1984: quadro à pág. 166.

Nº 120 (30/35 anos) 1 ponta		
Nº 123 (? F) (+ 25 anos) 1 ponta		

Obs.: não foram incluídas neste quadro as pontas descritas por Machado (1984) como “furadores”.

Há pelo menos 10 pontas associadas a mulheres e 6 pontas associadas a homens. As mulheres correspondem a 56% dos adultos e têm 62% das pontas atribuídas a esta faixa etária, em percentuais aproximados. No enterramento de uma dessas mulheres (a de nº 106-A) há um grande número de artefatos ósseos (3 pontas, 4 fragmentos ósseos e 1 furador) dispostos em torno do esqueleto. Esta mulher tem também um colar com 6 dentes de felino e, possivelmente, um outro de dente humano. Quatro das sete mulheres que têm pontas⁵ possuem adornos entre seus acompanhamentos. Caso tais evidências se referissem a enterramentos masculinos, provavelmente seriam suficientes para que fosse aceita sua associação com a atividade de caça e/ou pesca. Como se trata de enterramentos de mulheres, pretender a mesma correlação causa estranheza em virtude do estereótipo que associa a mulher à coleta e o homem à caça, de forma exclusiva. A divisão de trabalho por gênero não é absoluta (NELSON, 2004: 87). Embora as mulheres sejam primordialmente associadas à coleta, entre caçadores-coletores, mulheres podem não só dedicar-se a apanhar pequenos animais como ocorre usarem armas para caçar os grandes e, por outro lado, os homens também participam de atividades de coleta (FEDIGAN, 1986:48). No registro arqueológico dos acompanhamentos funerários do Corondó, o perfil de distribuição dos instrumentos entre os gêneros apresenta um caráter de compartilhamento que dá sustentação a uma hipótese de mulheres envolvidas nas atividades de caça e pesca e com indicadores de prestígio social. Dessa forma, a análise empreendida aponta para um tipo particular de relação entre gêneros em que há participação nas atividades de subsistência e inclusão nos diferentes *status* da hierarquia social.

Os dentes de animais caçados e consumidos pela população local, entre felinos, macacos, cachorros do mato, coatis, jacarés e tubarões foram transformados em oferendas de adornos para crianças/adolescentes e homens, principalmente, segundo afirma Lília Cheuiche (1984:163, 352). O número de dentes que formavam

⁵ n° 52, 106-A, 120, 123.

os colares das crianças e adolescentes era sempre bem maior do que o número presente nos colares dos adultos.

Os únicos colares de dentes de tubarão acompanhavam, respectivamente, uma mulher (nº 122), e uma criança (nº 64-A) associada a uma mulher (nº 72-A). Os colares de vértebras de peixe prevaleceram entre as mulheres, e eram, em sua maioria, de vértebras de seláquios (MACHADO, 1984: 351,132).

Chama a atenção a presença de 5 adornos de dentes humanos entre os acompanhamentos funerários do Corondó. No contexto de outros sambaquis, como o de Saquarema (RJ), foram observados ossos humanos trabalhados, em sepultamentos secundários (Kneip *et al.*, 1995); no Jabuticabeira II (SC) há indícios de revisitação de covas e manipulação dos corpos – ossos isolados, marcados e pintados, integrando acompanhamento funerário – práticas que se adequam a uma sociedade que tem como elemento estrutural o culto dos antepassados (FISH *et al.*, 2000).

Dois dos colares de dentes humanos têm apenas um pingente, os demais são formados por 35, 25 e 11 dentes, respectivamente. Estes, com grande número de peças, acompanham exclusivamente crianças e adolescentes; os adornos de dente humano único pertenceriam a mulheres, conforme dedução a partir dos contextos em que se encontram⁶.

Não é plausível que em uma sociedade igualitária algumas das crianças tenham bens diferenciados e em maior quantidade do que adultos. A hipótese de *status* adquirido ao longo da vida não é coerente com a presença de adornos elaborados em sepultamentos infantis. As associações anteriormente descritas

⁶ Um dos colares com um único dente humano apresenta informações conflitantes: na ficha de enterramento é associado a uma mulher (nº 106-A) enterrada junto a uma criança, mas nas págs. 166 e 143 o adorno é associado à criança que está com ela. Considerando que o enterramento é perturbado por raízes, parece razoável concluir que este colar de dente único pertença, realmente, à mulher, já que todos os outros adornos de crianças são constituídos por um grande número de peças e os de adultos têm sempre um número proporcionalmente menor. O outro colar com um único dente humano encontra-se no enterramento de um adulto (de nº 123), sem sexo determinado, devido às más condições de preservação. Este adulto faz parte de um conjunto de 6 enterramentos simples, todos próximos, predominantemente feminino, segundo observação de Eliana Carvalho (1984: 203-205): há quatro mulheres e um adolescente. O indivíduo de sexo indeterminado possui 3 vértebras de peixe polidas e perfuradas e uma ponta óssea, artefatos associados a um grande número de mulheres. Pelo exposto, propomos que este adorno de dente humano único pertença também a uma mulher. Se isto for correto, teremos apenas mulheres e crianças com adornos de dentes humanos.

remetem à hipótese de *status* herdado entre a população do Corondó, onde os adornos de dentes humanos e de seláquios representariam *status* herdado por associação feminina. Os adornos de dentes de animais corresponderiam a *status* herdado por associação masculina, se considerarmos a observação de Lílian Cheuíche de que estão relacionados principalmente aos homens. Este predomínio, entretanto, é tênue: são três homens e três mulheres com adornos de dentes de animais, apontando mais para uma situação de equilíbrio.

O fato de os adornos para as crianças e jovens serem formados por uma quantidade maior de peças, em comparação com o número de peças nos adornos dos adultos, poderia significar o grau de perda que representariam para a continuidade do grupo.

Lílian Cheuíche afirma haver “um especial cuidado no enterramento das crianças” (1984:164) e também que “as mulheres adultas, em diversas faixas etárias, receberam um tratamento preferencial, seja em enterramentos individuais, ou associados aos de criança” (1984:350). Pelo exposto, propomos acrescentar uma nuance a esta afirmativa e dizer que “algumas” das crianças e “algumas” das mulheres receberam um tratamento especial, o que também se aplicaria aos homens. As diferenças na natureza e quantidade de acompanhamento mortuário parecem apontar para a presença de *status* diferenciado. Aplicamos um método de valoração dos acompanhamentos funerários para medir essas diferenças e torná-las, talvez, mais palpáveis, mais objetivas.

MEDINDO DIFERENCIAÇÃO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE AFERIÇÃO

Nos estudos de identificação de hierarquias sociais e de gênero, realizados em sítios Hohokan do Sudoeste dos Estados Unidos, é aplicado um método de quantificação do valor do acompanhamento funerário denominado cálculo do GLV (*Grave Lot Value*) (EFFLAND, 1988). Trata-se de uma estimativa do valor agregado de todos os acompanhamentos enterrados com o indivíduo, uma medida da energia investida no enterramento da pessoa. “Para calcular o valor do acompanhamento funerário de um indivíduo, atribui-se a cada acompanhamento um índice baseado na função, origem e trabalho investido (MCGUIRE, 1992 *apud* NIETZEL, 2000: 152). Em seguida, os índices por acompanhamento são totalizados, obtendo-se o GLV daquele indivíduo” (NIETZEL, 2000:152).

Este método é um recurso de heurística para se fazer comparações. [Os índices obtidos não devem ser] “tratados como absolutos ou “corretos”, [...]

Diferentes investigadores poderiam atribuir índices diferentes para o mesmo artefato, conforme os objetivos da pesquisa e seu conhecimento da origem do objeto, trabalho envolvido em sua confecção e a função do mesmo, num determinado tempo e lugar” (NIETZEL, 2000: 152).

Aplicamos a idéia de atribuir índices de valor ao acompanhamento funerário, em suas linhas gerais, adaptando-a à realidade do registro arqueológico de que dispomos e estabelecendo comparações de cunho percentual.

Elaboramos uma TABELA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DO ACOMPANHAMENTO FUNERÁRIO (VAF) (Tabela 2) onde consideramos as três categorias básicas corante / instrumento / adorno (conforme definidas por MACHADO, 1984: quadro à pág. 166). As gradações pequeno / médio / grande aplicam-se ao grau de investimento social, denominado aqui de Trabalho. Para ordenar as categorias, tomamos por parâmetro o eixo “comum / raro” (mais comum, menos valorizado; mais raro, mais valorizado), para as gradações (pequeno, médio, grande) consideramos os níveis “mais próximo / mais distante da natureza” (menor elaboração / maior elaboração). O índice mínimo (1) foi atribuído à simples presença de corante, visto ser o acompanhamento mais comum. Há uma progressão gradual nos índices, a categoria seguinte incorporando um nível anterior de valoração, de forma a se estabelecer um *continuum* entre elas. Os adornos, além de mais raros que os instrumentos, têm valor simbólico adicional, compondo a categoria de maior valoração. Para as gradações pequeno / médio / grande, deste tipo de acompanhamento, levamos em consideração, também, o número de peças que os compõem. Os artefatos foram reunidos todos numa mesma categoria – ósseo/lítico/conchífero – porque são igualmente acessíveis em relação ao ambiente circundante ao Sítio Corondó (CARVALHO, 1984: 10, 18, 20, 23, 67).

TABELA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DO ACOMPANHAMENTO FUNERÁRIO (VAF) (Tabela 2)

Acompanhamento funerário	Instrumento	Adorno	Trabalho	Índice
--------------------------	-------------	--------	----------	--------

Corante (presente)				1
Corante (elaborado)				2
Lentes de areia color.				3
Ósseo/Lítico/Conchíf.	X		pequeno	2
Ósseo/Lítico/Conchíf.	X		médio	3
Ósseo/Lítico/Conchíf.	X		grande	4
Ósseo/Lítico/Conchíf.		X	pequeno	4
Ósseo/Lítico/Conchíf.		X	médio	5
Ósseo/Lítico/Conchíf.		X	grande	6

INDICES VAF TOTAIS POR INDIVÍDUO (Tabela 3)

MULHERES (33)		HOMENS (25)		CRIANÇAS / ADOLESCENTES (60)			
Nº DO ESQ	VAF	Nº DO ESQ	VAF	Nº DO ESQ	VAF	Nº DO ESQ	VAF
52	16	55 B	1	54 A	1	96 C	0
54 B	1	58	22	54 C	1	97	2
55 A	1	71 A	1	54 D	0	103 B	1
55 C	1	71 B	1	57 B	1	103 D	1
55 D	1	77 A	0	59 B	0	103 E	1
57 A	1	87	12	60 B	1	104 D	3
59 A	3	88	3	60 C	1	104 F	1
60 A	1	95 A	4	61 B	0	104 HJK	0/0/0
61 A	3	98 A	1	64 A	19	105 B ²	0
72 A	11	101 A	1	64 B	1	105 C	1
72 B	1	101 A ¹	0	64 C	1	105 C ²	0
70	4	102	0	72 C	1	105 E	0
74 C	0	104 A	3	73 (adl)	11	106 B	1
78 A	1	104 B	1	74 A	0	106 C	0
84 A	3	104 C	1	74 B (adl)	0	110 A	10
84 C	1	104 E	1	77 B	0	110 B	1
85 A	4	104G	0	78 B	1	110 C	0
90	3	105 A	1	78 C	1	111	9
96 A	0	107	16	78 D	1	114	3
100	1	108	5	78 E	1	115 B	0
103 A	1	113	2	78 F	1	116 C	0

*Indicadores de Diferenciação Social e de Gênero dos Pescadores-Coletores
que ocuparam a Região dos Lagos-RJ*

103 C	1	115 A	1	78 G	1	118 A	13
105 B	1	116 A	0	84 B	1	118 B	0
105 D	1	116 B	1	85 B	0	124 (adl)	1
106 A	16	117	0	85 C	0		
109	1			85 D	0		
112	2			85 E	0		
115 C	0			86 A (adl)	1		
120	17			86 B	1		
121	0			91	20		
122	17			95 B	1		
123 (?) F	17			95 C	1		
125	4			96 B	0		

Obs.: não foram incluídos 2 esqueletos de adultos sem indicação de sexo (86-C, 98-B).

A tabela maior apresenta o somatório dos valores dos acompanhamentos por indivíduo, segundo as categorias mulheres, homens e crianças/adolescentes. (Entendendo-se por adolescentes os jovens cujo sexo não pôde ser identificado, conforme definido por Lília Cheuiche.)

Os índices VAF totais (Tabela 3) foram organizados em grupos de valores iguais, conforme a tabela a seguir:

Nº DE INDIVÍDUOS COM O MESMO ÍNDICE VAF TOTAL (Tabela 4)

Mulheres		Homens		C/Adl.	
VAF		VAF		VAF	
0	4	0	6	0	24
1	15	1	11	1	27
2	1	2	1	2	1
3	4	3	2	3	2
4	3	4	1	9	1
11	1	5	1	10	1
16	2	12	1	11	1
17	3	16	1	13	1

			22	1		19	1
						20	1

Os valores foram agrupados em três faixas: de 0 a 1, de 2 a 5 e iguais ou maiores que 9 (não há índices de 6 a 8 para nenhum dos grupos). Calculamos os percentuais aproximados por faixa, para cada categoria. Os números obtidos foram os seguintes:

PERCENTUAIS POR FAIXA DE VAF (valores arredondados) (Tabela 5)

FAIXA VAF	MULHERES		HOMENS		CRIANÇAS / ADOLESCENTES	
	Indivs.	%	Indivs.	%	Indivs.	%
0 - 1	19	58	17	68	51	85
2 - 5	8	24	5	20	3	5
=> 9	6	18	3	12	6	10

A tabela anterior produziu os seguintes gráficos tipo “pizza”:

Rótulo	Faixa VAF
1	0 - 1
2	2 - 5
3	=> 9

Gráfico 1

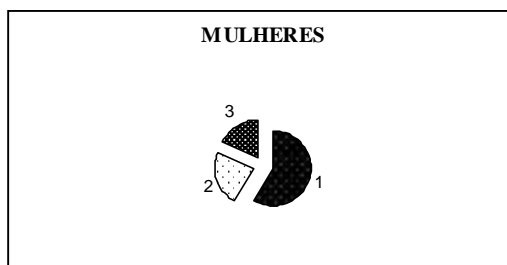


Gráfico 2

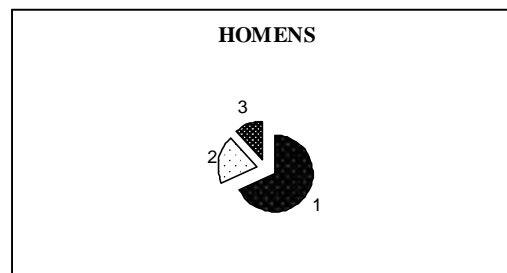
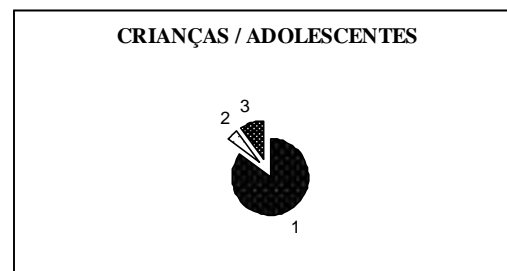


Gráfico 3



Os índices reunidos nas tabelas e expressos nos gráficos reforçam a idéia de que haveria *status* diferenciado entre a população. A maioria de crianças/adolescentes, mulheres e homens encontram-se na faixa que não recebeu qualquer acompanhamento, ou recebeu apenas corante (VAF= 0 ou 1). Os índices mais altos (VAF = > 9) restringem-se a uma pequena minoria, nos três grupos, de mulheres, homens e crianças/adolescentes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE ADORNOS PARA AS MULHERES, NUMA PERSPECTIVA TEMPORAL

O período de ocupação do Corondó, de cerca de 1.000 anos pelo menos, é longo o suficiente para se admitir que aquela sociedade tenha vivido algum grau de mudança social. O processo construtivo, levado a efeito nesse período, originou um *mound* com quatro camadas identificadas pelos números IV, III, II I, da mais antiga para a mais recente. Considerando a natureza do sítio estudado, especialmente nas áreas de alta concentração de enterramentos, como é o caso do setor LA -15 do Montículo II e adjacências, é parte inerente do processo construtivo um certo grau de heterogeneidade do pacote arqueológico. Entendemos que a seqüência temporal, expressa na sucessão das camadas, tem um caráter aproximativo, indicativo de uma direção, não se constituindo em momentos estanques, compartimentados. Com esta ressalva, abordamos os acompanhamentos em um sentido temporal, em busca de sinais indicativos de transformação.

Os índices máximos obtidos pelas mulheres aumentam progressivamente ao longo do tempo, sendo 4 no período mais antigo, 11 no seguinte e 17 nos períodos mais recentes. O que se observa para os homens e o grupo crianças/adolescentes difere desta situação: ambos apresentam indivíduos com índices altos (VAF = ou > 9) do início ao fim da ocupação.

Refletindo sobre a natureza dos acompanhamentos aos quais aqueles números remetem, tomamos por parâmetro de comparação os adornos, acompanhamentos mais claramente representativos de *status* superior de um indivíduo, ou do grupo ao qual ele pertencia. As mulheres dos períodos mais antigos não têm adornos entre os seus acompanhamentos funerários. Os adornos só começam a aparecer para elas nos níveis mais superficiais⁷. Os homens, as crianças e os adolescentes receberam adornos desde os períodos mais antigos do assentamento até seus níveis mais recentes⁸.

⁷ Há um total de 18 mulheres nas camadas IV e III, nenhuma delas possui adornos. Possuem adornos as mulheres da Camada II, de nº 106-A, 122 e 123 e da Camada I, de nº 52, 120 e 125.

⁸ Homens com adornos: Camada IV - nº 87, Camada III - nº 58, Camada II - nº 107 e 108. Crianças/adolescentes com adornos: Camada IV- nº 91; Camada III - nº 64-A e 118, Camada II - nº 73 e 110, Camada I - nº 111.

INDIVÍDUOS COM ADORNOS POR CAMADA (Tabela 6)

CAMADA I	3 mulheres	//////////	1 criança
CAMADA II	3 mulheres	2 homens	1 criança / 1 adl
CAMADA III	-	1 homem	2 crianças
CAMADA IV	-	1 homem	1 criança

A ausência de adornos para as mulheres nos períodos mais antigos do assentamento e o seu aparecimento no registro arqueológico nos níveis mais superficiais podem ser entendidos como sinal de um aumento do prestígio feminino ao longo do tempo. Em princípio, não fica claro se as evidências de aumento de prestígio feminino estão associadas diretamente às mulheres por elas mesmas, ou se este prestígio se deu por associação a homens e à atividade a eles relacionada.

Eliana Carvalho (1984:219) afirma que, nos períodos mais recentes de ocupação do Corondó houve “[...] *um incremento da caça e da pesca, em detrimento daquelas atividades relacionadas à coleta* [...]”. Tânia Lima (1991) defende o aumento das atividades pesqueiras, em detrimento da coleta de moluscos, nos períodos finais de ocupação de sítios com padrão de construção semelhante ao do Corondó. Estas abordagens permitiriam associar o aparecimento de adornos para as mulheres a uma intensificação daquelas atividades. Entretanto, Levi Figuti (1993) mostrou que a pesca foi sempre, desde o início, a fonte primordial de subsistência dos grupos sambaquieiros, e não a coleta de molusco. Não teria havido uma intensificação da pesca: ela teria sido a base fundamental de subsistência ao longo de toda a ocupação. A caça, por outro lado, em virtude das características dos ecossistemas costeiros do Sudeste brasileiro, seria pouco rentável e implicaria em maior custo de tempo e energia para sua aquisição, em comparação com a facilidade relativa proporcionada pela pesca e pela coleta de moluscos, justificando a opção pela concentração nas atividades associadas aos manguezais, em detrimento das florestas (FIGUTI, 1993:72).

O fato de implicar em dificuldades e perigo e, assim, em maior custo social, seriam fatores que poderiam ter imprimido à atividade da caça um caráter de excepcionalidade, imbuindo-a de um potencial simbólico de distinção de *status*, manifestado nos adornos de dentes de animais (boa parte dos dentes são provenientes de felinos). O mesmo caráter simbólico distintivo poderia ser atribuído

aos colares de vértebras de peixe, em sua maioria de seláquios (18 das vinte e cinco vértebras descritas) (MACHADO, 1984:132).

As pontas associadas às mulheres, já comentadas neste artigo, ocorrem desde o início da ocupação do Corondó e, portanto, caso as mulheres tenham se dedicado à caça, elas o fizeram já nos tempos mais antigos, não sendo, assim, esta a atividade responsável pelo acréscimo de prestígio ocorrido a partir de um dado momento. Como os adornos atribuídos às mulheres não se restringem aos dentes de animais e vértebras de peixes, encontrando-se, também, os de conchas e, possivelmente, os de dentes humanos (nos termos referidos anteriormente), a presença de adornos variados para elas, a partir de um dado momento, remeteria a um universo simbólico mais amplo, não limitado à simbologia da caça exclusivamente.

A hipótese de aumento do prestígio feminino deve ser investigada também em correlação ao processo de desenvolvimento do cultivo de vegetais. O implemento de uma agricultura incipiente no Corondó é endossada por Lília Cheuíche (1984:346, 364), em consonância com a linha de argumentação defendida por Ondemar Dias Jr. e Eliana Carvalho (1983): o início do processo de domesticação de plantas estaria associado a três fatores encadeados: mudança climática / crescimento populacional / escassez. Os artefatos líticos para preparo de vegetais, presentes no registro arqueológico daquele sítio, se constituiriam em um indicador indireto da ocorrência do fenômeno, conforme ressalta Lília Cheuíche (1984:346), que afirma ainda: “[...]a incidência de cáries e o padrão típico de desgaste observado seriam conseqüentes de uma dieta abrasiva e rica em carboidratos, em um nível só encontrado entre grupos horticultores [...]” (1984:344).

Apoiando-se nas reflexões de Hassan (1978), sobre os fatores que desencadeariam o surgimento da agricultura, e questionando a presença elevada de cáries e abrasão como indicadores conclusivos da presença de agricultura, uma das autoras (Maria Dulce Gaspar) contestou o modelo acima, concluindo que as evidências apresentadas não eram ainda suficientes para se aceitar a existência de agricultura por volta de 4000 AP (GASPAR, 1991: 50). Os trabalhos realizados, desde então, pela equipe do Museu Nacional coordenada por esta pesquisadora, vêm agregando novos e fundamentais elementos para o entendimento da questão. Entre eles, citamos os estudos de antracologia que vêm sendo realizados, desde há vários anos, por Rita Scheel-Ybert (1999, 2000, 2003), em sambaquis do litoral do Rio de Janeiro, visando uma investigação sobre o uso e manejo de vegetais pelos grupos sambaquieiros. A pesquisa empreendida permitiu reconstituir o paleoambiente

vegetal na região e estabeleceu uma avaliação das inter-relações entre ocupação humana e meio ambiente, considerando a existência de manejo de vegetais uma hipótese plausível. O aumento do prestígio feminino estaria relacionado ao desenvolvimento deste processo?

O aparecimento de adornos para as mulheres, nos períodos finais de ocupação do Corondó, é uma questão instigante que abarca não apenas uma discussão centrada nas atividades de sustentação econômica daquela sociedade, como uma profunda reflexão sobre sua simbologia e requer um estudo específico que dê conta dos amplos limites de sua complexidade.

CORONDÓ – TRAÇOS PROPOSTOS

Enterramentos são contextos culturais complexos, envolvendo uma multiplicidade de aspectos entrelaçados. Procuramos isolar alguns de seus componentes na tentativa de visualizar alguns traços daquela sociedade, em termos de diferenciações de *status* e dos gêneros. Em consonância com a análise empreendida, entendemos que:

- a simbologia presente no corante aponta para diferenças de *status* dentro do grupo, mas não diferencia homens e mulheres enquanto tais;
- a forma como estão distribuídos os instrumentos entre os gêneros aponta mais para uma situação de compartilhamento do que de exclusividade na execução das diferentes tarefas;
- os instrumentos fazem clara distinção entre adultos e crianças/adolescentes;
- instrumentos talvez configurem destaque a indivíduos e/ou grupos de afinidade⁹;
- a análise baseada na atribuição de valores aos acompanhamentos funerários reforça a hipótese de existência de uma minoria de homens, mulheres e

⁹ O conceito de grupo de afinidade (unidade sociológica) é correlato ao de área funerária (evidência arqueológica). Área funerária refere-se a uma concentração de sepultamentos em um espaço delimitado. Assim, o conceito de grupo de afinidade, formulado por M.D. Gaspar, foi utilizado para designar “o conjunto de indivíduos que foram sepultados próximos uns dos outros em uma área circunscrita ao longo de um período de tempo relativamente curto”. In De BLASIS 2004, Projeto de Pesquisa a ser apresentado à FAPESP: SAMBAQUIS E PAISAGEM: MODELANDO A INTER-RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS FORMATIVOS NATURAIS E CULTURAIS NO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA.

- crianças/adolescentes com *status* superior à maioria, sugerindo a existência de algum tipo de hierarquia social;
- há elementos para se pensar na existência de *status* social herdado, na medida em que crianças valorizadas portam acompanhamentos que também atribuem destaque a adultos;
 - ao longo do período de ocupação daquele sítio, teria ocorrido alguma forma de mudança social, registrada na atribuição de adornos para as mulheres a partir de um certo momento da trajetória daquele grupo, que remete a um aumento do prestígio feminino, em termos que não pudemos esclarecer nos limites deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, E. T. *Estudo arqueológico do sítio Corondó*. Missão de 1978. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- DIAS O. Jr & CARVALHO E. Um possível foco de domesticação de plantas no estado do Rio de Janeiro / RJ-JC-64 (sítio Corondó). In: *Boletim (Série Ensaio)*, IAB. Rio de Janeiro: 1, 1983. pp. 1 – 18.
- EFFLAND, R.W., Jr. An Examination of Hohokan Mortuary Practices from Casa Buena. In: HOWARD, J.B. (Edit.). *Excavations at Casa Buena: Changing Hohokan Land Use along the Squaw Peak Parkway*. Phoenix. Soil Systems Publications in Archaeology. Vol 2, 1988. pp. 693 – 794.
- DE BLASIS, P. *et al.* Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the Southern shores of Brazil. In: *Revista de Arqueologia Americana*. 5: 75 – 105, 1998.
- FEDIGAN, L.M. The changing role of women in models of human evolution. *American Review of Anthropology*. 13, 1986. pp. 25 – 66.
- FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: 3, 1993. pp. 67 – 80.
- FISH, S. K. *et al.* Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: 10, 2000 69 – 87.
- GASPAR, M. D. *Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores, região compreendida entre a ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

- Considerations on the sambaquis of the Brazilian coast. In: *Antiquity*, vol. 72. 277, 1998. pp 592 – 615.
- Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- HASSAN, F.A. *Demographic archaeology. Advances in archaeology method and theory*. Academic Press, 1, 1978. pp.49 – 103.
- HEIBORN, M. L. & SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: FINO, C. (Coord.). 1999. *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré. V. II, 1999. pp. 183-221.
- KNEIP, L. M. *et al*. Ossos humanos trabalhados e biologia esquelética do Sambaqui de Saquarema, RJ. KNEIP, L.M. (Coord). *Documento de Trabalho* (Série Arqueologia). Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: 3, 1995. pp. 13 – 31.
- LIMA, T. A. *Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, IX. *Complexidade emergente entre caçadores/coletores: uma nova questão para a pré-história brasileira*. Rio de Janeiro: Anais, 1996. Arquivo Internet.
- CHÁ E SIMPATIA: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Nova Série*. 5, 1997. pp. 93 – 129.
- CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, IX. *Os construtores de sambaquis: complexidade emergente no litoral sul/sudeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Anais, 2000. Arquivo Internet.
- Os pescadores-coletores litorâneos antes de Cabral: revendo um velho modelo. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro: Arquivo Internet, 2001.
- Estudos de gênero na arqueologia brasileira: por que não? *Habitus*, 1: 129 –139. 2003.
- MACHADO, L. M.C. *Análise de remanescentes ósseos humanos do sítio Corondó, RJ. Aspectos biológicos e culturais*. Rio de Janeiro: IAB, 1984. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- MCGUIRE, R.H. *Death, Society and Ideology in a Hohokan Community*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.
- NEITZEL, J.E. Gender hierarquies, a comparative analysis of mortuary data. In: CROWN, P.L. (Edit). *Women and men in the prehispanic Southwest*. Santa Fé. School of American Research Press, 2000. pp. 137 – 67.
- NELSON, S. M. *Gender in Archaeology. Analyzing power and prestige*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1997.
- Gender in Archaeology. Analyzing power and prestige*. 2nd Edition. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- SCHAAN, D. P. Investigando gênero e organização social no espaço ritual e funerário Marajoara. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, XII, 2003. São Paulo (mimeo.). 2003.

- SCHEEL-YBERT, R. Paleoambiente e paleoetnologia de populações sambaquieiras do sudeste do estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 9: 43 – 59. 1999.
- Man and vegetation in the Southeastern Brazil during the Upper Holocene. *Journal of Archaeological Science*. 28, 1999.pp. 471 – 480.
- Relações dos habitantes de sambaquis com o meio ambiente: *evidências de manejo de vegetais na costa sul-sudeste do Brasil durante o Holoceno Superior*. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, IX, CONGRESSO DO QUATERNÁRIO DE PAÍSES IBÉRICOS, II, CONGRESSO SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ZONA COSTEIRA DOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, II, Recife. Anais em CD Rom. 2003.

Recebido em: 25/11/2004

Aprovado em: 26/02/2005

Publicado em: 17/04/2005

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Rossano Lopes Bastos¹

RESUMO: O presente trabalho trata das perspectivas de aproveitamento do Patrimônio Cultural Arqueológico como instrumento de desenvolvimento turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Turismo; Desenvolvimento.

ABSTRACT: This work considers some improvement perspectives of the archaeological cultural heritage as an instrument of tourism development.

KEY-WORDS: Archaeology; Tourism; Development.

APRESENTAÇÃO

O Patrimônio Cultural Arqueológico será instrumento de desenvolvimento turístico somente após ter sido instrumento de Educação Patrimonial e de Inclusão Social.

Não há como transformar verdadeiramente o Patrimônio Cultural Arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico “sustentado”, sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social.

Sendo assim, falar de Patrimônio Cultural Arqueológico como vetor de desenvolvimento Turístico nos remete a questões ligadas essencialmente a publicização, socialização e inclusão destes bens na construção da cidadania.

Em primeiro lugar é preciso garantir que a cidadania cultural esteja contemplada no processo de desenvolvimento turístico, para que este seja efetivo.

Um dos elementos do Vetor de Desenvolvimento Turístico a ser inter-relacionado ao Patrimônio Cultural Arqueológico é o Patrimônio Natural, as belezas naturais, as paisagens históricas, ou seja, torna-se necessário aplicar o conhecimento

¹ Arqueólogo Consultor do IPHAN, Brasil. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo - USP, Brasil. Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – URI Campus Erechim/RS, Brasil.

interdisciplinar, transdisciplinar e colocá-lo a serviço da sociedade, avançando na construção de novas categorias criando assim vasos comunicantes que permitam a utilização de valores agregados aos atrativos turísticos locais.

O Patrimônio Cultural Arqueológico será sempre um bem de valor social, simbólico, afetivo e político que pode e deve se constituir em instrumento de cidadania e desenvolvimento.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos de arqueologia fornecem conhecimentos primários.

Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (Carta de Lausanne: 1990)

O Turismo Cultural, em especial o Arqueológico, exige a mediação da memória. Esta memória visitará o passado e invocará todas as contingências presentes, será o passado revelado, assim alcançado, agora não só através da pesquisa acadêmica, não será uno, mas ressignificado pela nossa experiência presente. (Modificado a partir de Gastal: 2002).

TURISMO

O real do turismo é uma amálgama na qual tempo e espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, ideologia, são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística.

O turismo conforme Gastal (2002:7), esta em busca de um corpo de conceitos e categorias teóricas que possibilitem tanto a investigação e crítica das idéias e da práxis quanto a criação de uma linguagem comum a pesquisadores e demais interessados.

O terreno na área de turismo é fértil tanto quanto sua construção teórica necessita de maior sistematização. Uma epistemologia do Turismo segundo Moesch (2002:25) envolve cuidados teóricos, advindos de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de forma diferenciada, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em um mundo se globaliza.

TURISMO, PÓS-MODERNIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Turismo é, talvez o fenômeno mais globalizado, num mundo de globalizações.

A pós-modernidade trás o apagamento das fronteiras e a busca de universalidades. Mas também trás o elogio da diferença. (Gastal & Krippendorf: 2002). Cada vez mais o Turismo Pós-Moderno recorre aos objetos representativos desses elos afetivos, tanto ou mais que aos exemplares magníficos da cultura e da história ocidental, porque os viajantes contemporâneos demandam por relações mais próximas ao cotidiano dos locais visitados.

Desta forma, cada vez mais o Turismo pós-moderno, necessita das relações de interação, entre:

a) Patrimônio Cultural Arqueológico

Aporta nossas ligações com o passado mais remoto, operando simbolicamente e psiquicamente nosso sentimento de continuidade enquanto entes vivos da natureza.

b) Patrimônio Cultural Paisagístico

A paisagem é olhar humano que destinamos ao nosso entorno natural e construído pelo homem, transformados que são em natureza natural e natureza cultural.

c) Patrimônio Cultural Ambiental

Aqui cabe dizer que patrimônio cultural ambiental se refere a tudo aquilo que elegemos como ambiente, inclusive a natureza, pois natureza também é cultura.

d) Patrimônio Cultural Natural

Seria apenas uma divisão didática para efeitos de compreensão, onde o patrimônio cultural natural corresponderia a tudo aquilo que pertencesse ao humano.

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO E TURISMO

Não há como transformar verdadeiramente o Patrimônio Cultural Arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico sustentado, sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ELEMENTOS BÁSICOS/INVESTIGAÇÃO

Nossa contribuição vem no sentido de enunciar os princípios básicos que entendemos ser o marco inicial de qualquer iniciativa que pretenda ser um instrumento sustentável de desenvolvimento turístico. Alguns quesitos se mostram no fundamento desta proposição:

- Reinterpretação do Patrimônio Cultural Arqueológico no cotidiano, geração de ocupação e renda e demarcação dos espaços turísticos;
- Apropriação do espaço e da concepção do lugar pela população local;
- Análise do Patrimônio Cultural Arqueológico e Estudo do Espaço Cultural: tombamento, registro, cadastro, restauro, reconstrução, reutilização, resignificação;
- Interpretação do Patrimônio Cultural Arqueológico Ambiental na sustentabilidade do diferencial turístico.

DIFERENCIAIS NO TURISMO CULTURAL ARQUEOLÓGICO

Nossa tradição de aproveitamento de nossos recursos, sejam naturais ou culturais, está ainda presa à política da terra arrasada, ou seja, a idéia do colonizador que aqui não queria fundar nova civilização, antes de tudo o saque, e se muito das paisagens e do patrimônio cultural resiste hoje ou foi por incompetência na exploração ou desleixo de saque. Na perspectiva de trabalhar diferenciais é que encontramos nossa maior riqueza e nossa maior dificuldade, exatamente pela falta de tradição no fazer. Na Museologia e em suas variações é que encontramos uma âncora para a construção de relações diferenciais no turismo cultural arqueológico.

Segundo BRUNO (1998) Museologia é uma disciplina aplicada, que “corresponde ao tratamento de problemas relativos à apropriação dos bens culturais pelos distintos segmentos sociais, a partir de procedimentos de salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória”. Assinala ainda que a mesma possui uma “cadeia operatória de procedimentos técnico-científicos, que articula a conservação da materialidade dos objetos, a documentação das respectivas informações, a

elaboração de discursos expositivos e a implementação de estratégias educativas e de ação cultural”.²

É a Museologia que nos dará a metodologia para transformar o patrimônio cultural (conjunto de bens, fruto das relações do homem com o meio ambiente e demais homens, assim como as interpretações dessas relações) em herança cultural (consciência da existência do patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos, que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço).

Musealizamos para transmitir as informações à sociedade e este processo pressupõe: conhecimento, registro e memória, portanto este processo de musealização deve preocupar-se com a informação trazida pelos objetos em termos de documentabilidade, testemunhabilidade e fidelidade.³

Devemos encarar os bens patrimoniais e sua preservação enquanto indicadores da memória (objetos, sentidos e significados). Patrimônio no sentido de posse de bens coletivos, de elementos comuns à coletividade.

A salvaguarda que consiste na conservação e documentação pode ser também compreendida como o passaporte para o futuro. Salvaguardar, ou seja, conservar e preservar para o futuro.

A comunicação (exposição, ação educativo-cultural) tem papel preponderante na interação a ser estabelecida com o público.

Os produtos destas ações consistem na conservação patrimonial adequada, no gerenciamento da informação, dos discursos expositivos e em estratégias educativas e programas culturais mais amplos que, efetivamente contribuam para desenvolver um equilíbrio identitário entre a comunidade e o patrimônio cultural.

Ações museológicas desenvolvidas em rede (virtual e real) servem de grandes aliadas, uma vez que permitem mobilizar atingir um número maior de pessoas.

Museus temáticos arqueológicos, com recortes patrimoniais específicos, podem oferecer ao público reflexão mais ampla sobre a origem e a preservação deste patrimônio, assim como os Ecomuseus e os Museus comunitários, onde a comunidade é pensada integrada ao patrimônio, objetivando a auto-gestão. Os

² BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio*. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Teórico, São Paulo, 1998. P. 17.

³ BRUNO. Op. Cit. P. 19 e ss.

Museus de cidade, com seus espaços públicos: roteiros próprios e lugares da memória podem e devem ser aproveitados de forma integrada ao cotidiano.

Portanto, para pensar a preservação destes espaços e do seu patrimônio de forma integral não podemos deixar de citar a importância da Educação Patrimonial – processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento – que como instrumento de alfabetização cultural possibilita ao indivíduo uma leitura mais ampla e questionadora do mundo que o rodeia.

OS INSTRUMENTOS DE VALORIZAÇÃO

Coordenação de iniciativas que visam instrumentalizar e garantir os esforços de caráter sustentável devem passar necessariamente pelo:

a) Cultural, social, tecnológica, administrativa, turístico:

A adequada utilização dos monumentos e bens arqueológicos de principal interesse social e artístico implica primeiramente na coordenação de iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico-turísticos. Na medida que estes interesses coincidentes se unam e se identifiquem é que os resultados perseguidos serão satisfatórios.

b) Base legal sólida e instrumentos técnicos:

É necessária uma coordenação de bases legais e com instrumentos técnicos que tornem possível uma ação eficaz de revalorização e revitalização do patrimônio cultural e arqueológico.

c) Legislação eficaz, organização técnica e planejamento estratégico nacional:

Do ponto de vista cultural esses são requisitos prévios a qualquer propósito oficial dirigido a revalorização do seu patrimônio cultural arqueológico.

d) Integração em vários níveis de governo. (proteção, fomento, normalização):

Nesta variável interinstitucional, merece destaque o primeiro encontro dos governadores, secretários estaduais da área de cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, que teve lugar em Brasília em abril de 1970, de onde se originou um documento histórico chamado “Compromisso de Brasília”. Dentre os inúmeros itens que foram formulados por ocasião da referida reunião, cabe ressaltar alguns que nos parecem fundamentais no

entendimento da questão interinstitucional e que foram convalidados por todos os presentes. São eles:

- 1) Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;
- 2) Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha, sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos.

e) Integração Comunitária.

PATRIMÔNIO: VETOR DO DESENVOLVIMENTO

Um dos elementos do vetor do desenvolvimento turístico a ser interrelacionado ao Patrimônio Cultural Arqueológico é o Patrimônio Natural, Paisagístico, Ambiental, ou seja, torna-se necessário interpor, aplicar o conhecimento interdisciplinar, transdisciplinar, colocá-lo a serviço da sociedade e avançar na construção de novas categorias, criando vasos comunicantes que permitam a utilização de valores agregados aos atrativos turísticos locais.

Rossano Lopes Bastos

IMAGENS



1. Museu do Sítio Arqueológico dos Ingleses – Florianópolis/SC



2. Sítio Aqueduto de São Miguel Biguacú/SC.



3. Sítio Arqueológico Ingleses Florianópolis/SC



4. Sítio Arqueológico Ingleses Florianópolis/SC



5. Sítio Arqueológico Ingleses Florianópolis/SC



6. Sítio Arqueológico Ingleses Florianópolis/SC



7. Sítio Arqueológico dos Ingleses – Florianópolis/SC

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ARQUEOLÓGICO DO PIAUI

Um exemplo:

Para a elaboração de propostas ou planos de turismo arqueológico, o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico Arqueológico do Piauí (2000), apresentou algumas condicionantes que nos parecem extremamente oportunas:

- preparação dos sítios arqueológicos, com as indispensáveis ações de conservação;
- implantação de estruturas para recepção dos visitantes;
- construção e reparação de vias de acesso com o saneamento das suas margens na maioria das vezes utilizadas indevidamente;
- implantação de serviços de saneamento básico, de assistência médica e de comunicação, onde se fizerem necessários;
- preparação de recursos humanos para monitoramento dos sítios e atendimento ao público visitante;

- ações de educação patrimonial, visando chamar a atenção para a importância dos sítios arqueológicos, campanhas educativas, seminários, palestras, ação ordenada de divulgação
- estudos arqueológicos, projetos arquitetônicos com especificações próprias para cada sítio
- Ações de mobilização destinadas a atingir as instituições, organizações não-governamentais e a sociedade em geral para uma parceria, através de acordos, convênios, termos de cooperação, comodatos dentre outras formas de cooperação;
- Ordenação legal das parcerias, envolvendo direitos e obrigações, que se possível devem ser contempladas nas legislações estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Rossano Lopes. Representações Sociais, Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Pública: In: OLIVEIRA, A. P.P.L. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Editar, 2004. Juiz de Fora. pp.19 – 30.
- _____, *Patrimônio Arqueológico, Preservação e Representações Sociais: Uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul do Estado de Santa Catarina*. Tese Doutorado: USP, São Paulo, 2002.
- BRUHNS, Katianne. *Um Museu e o Território: Desconstruindo Conceitos*. O caso do Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Monografia Museologia, UDESC. Florianópolis, 2001.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio*. Apostila. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo. & PINSK, Jaime. (Orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- GASTALS, Susana e KRIPPENDORF, Jost (Orgs.) *Turismo e Investigação Crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- LAGE, Maria da Conceição S. M. & Outros. *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico Arqueológico do Piauí*. Teresina, PI. Governo do Piauí, Banco do Nordeste, Prodetur, 2000.

- MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.) *Educação Patrimonial: Perspectivas*: Santa Maria: UFSM, 2005.
- MOESCH, Marutschka M. Para Além das disciplinas: O Desafio do Próximo Século. In: GASTALS, Susana e KRIPPENDORF, Jost (Orgs.) *Turismo e Investigação Crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

Recebido em: 19/11/2004
Aprovado em: 17/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

**POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E DE DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA DA PALEONTOLOGIA E ZOOARQUEOLOGIA:
NOVAS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DE NOSSA PRÉ-HISTÓRIA
E CULTURA LOCAIS¹**

José Eduardo Figueiredo Dornelles²

RESUMO: Os municípios da região sul do Estado trazem tradicionalmente, uma riquíssima bagagem histórica face suas estratégicas participações no palco de eventos que vieram a constituir a atual “forma geopolítica” do Rio Grande do Sul. Neste contexto, parece bem claro ter ficado arraigado na cultura de nossas gerações, o hábito de valorizar nosso passado, como forma de firmar as nossas atuais tradições. O gaúcho é nacionalmente reconhecido como um povo aguerrido, marcado por um passado de lutas e um presente de forte manutenção de suas tradições. Dentro deste pensamento, faz-se necessário viabilizar para a população de Pelotas e região, novas formas de entender a nossa história e pré-história regional e do Estado. A zooarqueologia e a paleontologia tornam-se neste sentido, fortes linhas temáticas, que podem dar aos nossos espaços culturais locais, uma nova forma de entender a evolução de nossas comunidades. Do ponto de vista da Zooarqueologia, a região de Pelotas, possui um excelente material. Até o momento, trabalhos preliminares de triagem do conteúdo zooarqueológico dos casarões da região central de Pelotas, vem constituindo um marco inédito, onde inicia-se uma série de interpretações relativas ao conhecimento da fauna urbana da época das charqueadas. A partir de estudos mais criteriosos, será possível entender como era a convivência da sociedade da época com a fauna urbana e silvestre, no sentido de domesticação, cultura alimentar dentre outros. Do ponto de vista da Paleontologia Pelotas, dada a natureza de sua história geológica, infelizmente não possui importantes afloramentos paleontológicos, por outro lado, possui museus, responsáveis pela curadoria de importantes acervos nesta área. Neste sentido, é possível unir o rico acervo de informações referentes a zooarqueologia e a paleontologia e através dos museus e demais espaços culturais, divulgá-las cientificamente à sociedade local e internacional.

¹ FAPERGS – proc. 01/1461.5

² Professor Adjunto III; Instituto de Biologia; Depto. de Zoologia e Genética da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; Doutor em Geociências Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

como forma de obtenção e enriquecimento de diferenciadas fontes de “cultura turística”.

PALAVRAS-CHAVE: zooarqueologia e paleontologia de vertebrados, história local de Pelotas, charquedas, museologia.

ABSTRACT: The southern region a county of the State posses traditionally, a rich historic contents for these estrategical participations in events wich to established the present geopolitic form of the Rio Grande do Sul State. In this context, is posible to understand the cultural behavior of our generations, in the valorization of our past, in the strengthening process of present traditions. The gaúcho is nationally well-known witha courageous people, recorded to past of struggles and a present time of the intense maintenance of yours traditions. In this thinking, to become nescessary to viability by Pelotas population and near region, new options to understand our regional and state history and pre historic. The zooarchaeology and the paleontology to become thematic strong lines able to give of local cultural site a new manner to understand the our communities evolution. By the vision of zooarchaeology, Pelotas city, to posses excelent material. As yet preliminary works of zooarchaeology contents of the Pelotas owner’s house, go a creating unpublished mark in to the urban fauna knowledge of the charqueadas time. Aferwards wises researches , will be possible to understand the familiarity of epoch society with the urban and sylvestral fauna, to domestication, feed culture and others. By the paleontological vision, the fossil history of Pelotas city is very poor in terms of paleontologic outcrops, because the features of local geology formation. The other hand, Pelotas posses any museus responsables to guardianship of important heaps in this area. This way is possible to unite the information rich heap concerning zooarchaeology and paleontology and through the museums and the others culturals sites, to divulge in local and international society, as way to obtain and enrichment of the diferencial soucers of the "turistic culture".

KEY-WORDS: zooarchaeology and vertebrate paleontology, Pelotas local history, charquedas, museology .

A ZOOARQUEOLOGIA E OS CASARÕES

Os casarões históricos da cidade de Pelotas, RS, sem sombra de dúvida, constituem-se efetivamente, em uma verdadeira espécie de “máquina do tempo”. Neste caso em especial, não é a arquitetura em seu estado de arte e nem fragmentos de artefatos que procura-se analisar e sim, todo e qualquer tipo de material ósseo com condições de ser diagnosticado. A natureza destes materiais, ou seja, suas

feições morfoanatômicas, podem sugerir uma série de dados e interpretações capazes de enriquecer uma nova faceta do conhecimento da história local de Pelotas, relativa a este período.

Cabe a zoologia arqueológica o estudo de vestígios animais de qualquer natureza (ossos, rastros, fezes dentre outros) que por ventura, fazem parte do contexto do sítio em que esteja explorando³. É uma ciência já bem estabelecida em outros países com sólida tradição arqueológica e paleontológica. No Brasil, é relativamente jovem, pouco explorada e conhecida. Somado a estes fatores, ainda possui muito poucos pesquisadores com doutorado no exterior, dentro desta especialidade.

Com a integração da zooarqueologia aos estudos realizados nos casarões históricos de Pelotas, pôde ser criado uma interface inédita, capaz de enriquecer o conhecimento de toda uma fauna local, que convivia com a sociedade daquela época.

A característica arquitetônica dos pátios, hábito de manutenção de animais domésticos e modo de descarte do material de cozinha de origem animal (sobras) possibilita no presente momento, modelar os possíveis processos de inclusão deste material (análise tafonômica) dos sedimentos que recobrem os quintais destas residências.

FAUNA URBANA

Obviamente que grande parte dos achados relativo a fauna urbana caracterizava-se por ser constituída pelas classes Mammalia e Aves, padrões comumente corroboráveis até hoje. Dada a natureza holocênica dos exemplares, corrobora-se em muito a abundância destas duas categorias sistemáticas, face a metodologia de análise destes materiais sob o contexto histórico e zooarqueológico, a partir de relatos e citações de trechos históricos de Pelotas (datados de meados do século XIX) e realizados segundo Nobre (2004) por viajantes que por ela passavam.

Foi possível fazer uma lista comentada das espécies encontradas nos pátios do casarões (Nobre *op. cit.*)

Filo Chordata

Subfilo Vertebrata

³ Sugiro a leitura do livro *The Archaeology of Animals* de (Davis, 1987).

Classe Mammalia

Família Suidae

Sus scrofa

Ou uma variedade de porco doméstico representado por um dente molar;

Família Equidae

Equus caballus

Ou uma variedade de cavalo doméstico, representado por um dente incisivo;

Família Bovidae

Bos taurus

Ou uma variedade de bovino doméstico, representados por material craniano e fragmentos de cornos

Classe Aves

Família Anatidae (*Anas platyrhynchos*) ou uma variedade de pato domésticoFamília Phasianidae (*Gallus gallus domesticus*) ou uma variedade de galináceo doméstico**FAUNA SILVESTRE**

Os achados caracterizam animais certamente não domesticados ou criados em cativeiro. Pela época, seria bastante incomum o criatório para abate das espécies abaixo citadas, até mesmo pela falta de tecnologia para tal, associada a forte cultura extrativista dos recursos naturais.

Classe Reptilia

Ordem Testudinata

Caracterizada por um fragmento serrado de plastrão; devido esta estrutura em especial ser pouco diagnóstica, não é possível chegar nem ao nível de subordem, quanto menos a espécie. (Foto 1A:)

Classe Pisces

Subordem Siluroidei

Caracterizada por um fragmento de dermocrânio; devido esta estrutura em especial ser caracteristicamente ornamentada, tal ornamentação é típica para esta subordem (Foto 1B:)

Filo Mollusca (Classificação segundo RIOS, 1994)

Classe Bivalvia

Ordem Ostreoida

Família Ostreidae

Ostrea puelchana Orbigny, 1841 (Foto 1C:)

*Crassostrea rhizophorae*⁴ Guilding, 1828
 (Foto 1D:)

CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E PADRÃO TAFONÔMICO DO MATERIAL ÓSSEO

As condições de preservação dos materiais ósseos relacionam-se diretamente com os padrões tafonômicos preexistentes nos ambientes de depósito e transporte⁵. Neste caso, a grande parte dos materiais foi pré manipulada antes das sucessivas etapas tafonômicas. Sendo assim, uma série de sinais ou artefatos, puderam ser encontrados nos mesmos. Segundo NOBRE *op. cit.* a maioria dos materiais encontrados tinham a categoria de descarte, em função do material de natureza zooarqueológica ter sido encontrado junto com artefatos, como fragmento de louças e resíduos metálicos, o que configura-se segundo a autora, em uma lixeira coletiva oriunda de residências adjacentes da zona urbana e posteriores temporalmente, a construção das casas, em especial, referindo-se aos sedimentos da casa 8 (com edificação datada de 1878). Considerando estes fatores, os ossos foram encontrados na maioria das vezes, cortados, triturados, raspados, calcinados dentre outras marcas de possível ação de talheres ou até dentes de animais carnívoros.

Tafonomicamente os ossos assim depositados, (como entulho de lixo urbano), foram soterrados em um sedimento com nível hidrostático alto. Tal fato, gerou um ambiente com características redutoras, ou pobres em oxigênio, fato este, que dificulta em muito a ação decompositora rápida das bactérias de ambiente oxidante.

O MATERIAL PALEONTOLÓGICO DOS MUSEUS

Em termos de acervo paleontológico, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, nunca possuiu, por tradição histórica, um número expressivo de peças

⁴ Como forma de contribuição ao trabalho de Nobre (2004), sugiro a correção dos respectivos epítetos de gênero e espécie de *Cassostrea rizophorae* assim escrito em seu trabalho na linha 23, página 73 para o correto *Crassostrea rhizophorae* conforme Rios (1994).

⁵ Sugiro a leitura dos trabalhos de HOLZ, 1999; 2000; 2002.

fósseis devidamente catalogadas e identificadas, capazes de serem organizadas em uma coleção⁶. O atual acervo, nasceu da necessidade do Museu Carlos Ritter, em ampliar seu conhecimento nas áreas da paleontologia e evolução em função das novas exigências emergentes, com a criação do curso de graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pelotas. Isto deu-se em parte também, por não existirem jazidas fossilíferas locais, que influenciassem diretamente a população de Pelotas, como ocorre em Santa Maria, por exemplo.

Grande parte destas peças, são oriundas de permutas com outras instituições científicas como a UFRGS, UCS e UFSM, algumas outras foram obtidas por coletas em expedições científicas e até mesmo, de doações populares. O grande objetivo da divulgação deste acervo é o estímulo à permuta com outras Instituições e o despertar do interesse do público pela paleontologia.

O Estado do Rio Grande do Sul é famoso no que tange as suas Formações Geológicas e ao seu conteúdo paleozoológico e paleobotânico. Portanto, o Museu Carlos Ritter não pode omitir informações no que tange à nossa paleobiodiversidade local e de todo o Estado. Muito embora possua em seu acervo fósseis de formações geológicas fora do Brasil, a sua maioria é constituída por peças fósseis de bacias sedimentares locais em território brasileiro. A divulgação dos fósseis é também uma forma de contribuir no âmbito geral dos programas de atividade turística e de desenvolvimento cultural da região.

AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pelotas tem por tradição uma visão voltada aos acontecimentos do passado, marcados pela história de sua formação. Neste sentido, a cultura de valorização de seus museus tem boa repercussão na população local, além de ser uma boa vertente de atração turística.

Baseado nestas observações é possível criarmos novas formas de divulgar cientificamente, os trabalhos realizados dentro da zooarqueologia e da paleontologia. O âmbito de nossos museus, pode propiciar a confecção de maquetes em escala e ilustrações que busquem de maneira didática e auto explicativa, definir os conceitos básicos destas duas ciências.

Uma boa linha de gerenciamento turístico de nossa história, deveria se cercar de consultores que pudessem colaborar através de programas apoiados pela Prefeitura. Estes poderiam explorar uma nova visão de nossas origens ao divulgar

⁶ O respectivo acervo foi organizado e publicado em livro, através de projeto recentemente concluído e financiado pela FAPERGS (Dornelles *et alii*, 2004).

nosso passado geológico e história recente, buscando solidificar um paradigma na formação das novas gerações de estudantes, orbitando na idéia de que é fundamental conhecermos nosso passado, para entender nosso presente e projetar as necessidades e anseios de nosso futuro.

IMAGENS



Foto 1 A: Dermocrânio de Siluroidei;

B: plastrão de Testudinata;

C: *Ostrea puelchana*;

D: *Crassostrea rhizophorae*.

As fotos acima não correspondem aos materiais coletados nos sítios; apenas têm conotação ilustrativa. (Fotos do autor).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIS, Simon, J. M. *The Archaeology of Animals*. 1st edition. London: Yale University Press, 1987. pp. 224.
- DORNELLES, José Eduardo F. et alii. *Guia da Biodiversidade do Museu de Ciências Carlos Ritter*. 1^a edição. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2004. pp. 126.
- HOLZ, Michael. *Do mar ao deserto*. 1^a edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. pp. 142.
- HOLZ, Michael. *Paleontologia do Rio Grande do Sul*. 1^a edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. pp. 445.
- HOLZ, Michael & SIMÕES, Marcello G. *Elementos Fundamentais de Tafonomia*. 1^a edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002. pp. 231.
- NOBRE, Chimene. K. Projeto de Salvamento Arqueológico da Zona Urbana de Pelotas/RS: *catálogo do material arqueofaunístico do sítio Casa 8*. Cadernos do LEPAARQ, vol. 1. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2004. pp. 59-80.
- RIOS, Eliézer. *Sea Shells of Brazil*. 2^a edição, Rio Grande: Editora da Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 1992. pp. 368.

Recebido em: 20/11/2004
Aprovado em: 25/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

PATRIMÔNIO: SIMBIOSE HOMEM-MEIO AMBIENTE

Maurí Luiz Bessegatto¹

RESUMO: Aspiramos levantar alguns parâmetros reflexivos referentes a proficuidade da temática da Educação Patrimonial na contemporaneidade. Como agentes irradiadores da Educação Patrimonial, objetivamos despertar o interesse nas comunidades, com a novidade do tema, problematizando-o, para que possam construir o conhecimento, desenvolvendo o objetivo básico que é de torná-los sujeitos históricos, desenvolvendo a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural e ambiental; homem; futuro.

ABSTRACT: We aspire to raise some reflexive parameters about the successful of subject matter of heritage education nowadays. Like broadcasters of heritage education, hope to awake the benefit in the communities, with the new topic, to that they can built the knowledge, developing the basic target that is become them in historic subjects, developing the citizenship.

KEY-WORDS: cultural and environmental patrimony; man; future.

1. LUZ DE CENA: QUEM É VOCÊ E O QUE FAZ POR AQUI?

Seja você quem for:
Você é aquele ou aquela para quem
A terra é sólida e líquida,
Você é aquele ou aquela
Para quem sol e lua perduram-se no céu,
Pois ninguém mais que você
É o presente e o passado,
Ninguém mais que você é a imortalidade
Walt Witmann²

¹ Acadêmico do curso do Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil – Especialista em Educação Infantil e em Arqueologia. Autor do livro: “O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas”. Possui vínculos empregatícios com a UNOCHAPECÓ (afastado para qualificação acadêmica). E-mail: maurilui@terra.com.br ;

² Trecho do poema “*CANTO DA TERRA GIRANDO*”. In: WHITMANN, Walt. Folhas das Folhas de Relvas. São Paulo: Brasiliense. 5ª ed., 1990. Pg. 91.

Com a interrogação acima, pode ser pensada como uma questão cotidiana que nós é sussurrada pela Terra.

A temática do patrimônio é hoje uma das mais prolíficas e profícuas da nossa contemporaneidade e, por isso mesmo, essencial para levarmos o patrimônio para todos os segmentos comunitários.

É prolífica, pois para nós estudiosos da cultura material pretérita e presente, nos traz fecundidades ao nosso labor enquanto professores, arqueólogos que somos.

É profícuo, pois é um tema para pensarmos o futuro pois,

“A Terra não é simplesmente a adição do físico, do vital, do mental e do espiritual. Ela encerra todas essas dimensões articuladas entre si, formando um sistema complexo. Isso nos permite perceber que todos somos interdependentes. O destino comum foi globalizado. Agora ou cuidamos da humanidade e do planeta Terra ou não teremos mais futuro algum. Até hoje podíamos consumir sem nos preocupar com a exaustão dos recursos naturais; podíamos usar da água como quiséssemos, sem consciência de sua extrema escassez; podíamos ter filhos quantos desejássemos, sem temer a superpopulação; podíamos fazer guerras sem medo de uma catástrofe completa para a biosfera e para o futuro da espécie humana. Não nos é mais permitido pensar e viver como antes. Temos de mudar como condição de nossa sobrevivência na biosfera (BOFF, 2004)”. [os grifos são meus]

Sabemos que o mundo esta em completo desarranjo, mas mesmo assim acreditamos que disso haverá novas plantações e não fazemos parte das pessoas com a visão catastrófica do nosso futuro, mas sim que acreditamos na visceral simbiose homem-meio ambiente.

Com o alerta acima, cabe agora, mesmo que sucintamente, tecermos nosso pensamento a respeito do que entendemos sobre patrimônio.

Para nós que entendemos que *“a arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformação com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade”* (FUNARI, 1988:05), estamos partindo do princípio que somos fazedores de cultura. Desde que o homem se fez homem, sempre fizemos cultura com o meio ambiente. E mais que isso, também fizemos cultura no meio ambiente. Ao falarmos sobre nossa cultura feita ‘com’ o meio ambiente, estamos falando da nossa cultura material, a

tangível. E, ao falarmos de nossa cultura feita 'no' meio ambiente, estamos dizendo mais diretamente a nossa cultura imaterial, a intangível. Nossos valores, hábitos, costumes.

Com o uso destas duas preposições 'com' e 'no' (*em + o*), deixamos claro que para nós não há dicotomia entre patrimônio ambiental e patrimônio cultural. E esta não dicotomia ao que se refere ao nosso patrimônio, nos coloca em responsabilidade sobre o pensar homem-meio ambiente, frente ao novo milênio que já nos acolhe.

Para nos embasar diante desta nossa posição, temos a dizer que:

“Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, nem pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, cujo produto, por sua vez condiciona, ação e reflexão. É, portanto através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para pleno exercício da maneira humana de existir (FREIRE, 1991:17 -18)”. [os grifos são meus].

Na condição de graduado em história somos herdeiros do marxismo e vemos as coisas, as relações, não como processos separados ou estanques, mas como componentes de uma totalidade dinâmica. Assim, homem, ambiente e sociedade são instâncias que se completam e não podem ser observadas de forma dissociada. Há, como se diz em nosso jargão, uma relação dialética entre eles, uma interpenetração que os transforma em realidades concretas e não meras generalizações e abstrações.

E sobre esta relação homem-meio ambiente temos a dizer que, é importante que o ato de intervir de nós estudiosos, pesquisadores, educadores, não tenhamos em vista apenas à preservação e conservação em relação ao meio-ambiente e ao patrimônio cultural (material e imaterial), mas também à organização e à melhoria da qualidade de vida e de trabalho humano.

2. PRELÚDIO: O FUTURO

Vamos ao nosso ato preliminar. O nosso primeiro passo para um desfecho. E quando pensamos o nosso patrimônio e sua relação com nossas vidas, e a nós cabe aqui dizer que nosso prelúdio nos levará a um arremesso ao nosso futuro.

O futuro, tempo que segue ao presente, aos acontecimentos relacionados há um tempo que há de vir, há na contemporaneidade um conjunto de riscos de não futuro. Um apelo ao presente. Como por exemplo: “Viva o hoje! Amanhã só a Deus pertence”; “emagreça 10 kg tomando ‘x’” (...) E assim por diante.

A idéia de futuro está estilhaçada. Não há um regramento. E num país tradicionalmente autoritário, como educar? Como manter uma relação de afeto com o passado para que se perceba nele o nosso futuro?

“O século XV e XVI são celebrados pelas viagens de descobrimento que provaram que o mundo é redondo. O século XVIII presenciou as primeiras proclamações dos direitos humanos universais. A conquista do espaço no século XX permitiu que um ser humano contemplasse nosso planeta de fora e o visse, literalmente, como um só mundo. Neste momento, o século XXI tem diante de si a tarefa de desenvolver uma forma adequada de governo para esse mundo único. Trata-se de um desafio moral e intelectual de porte monumental, mas não podemos nos recusar a aceitá-lo. O futuro do mundo depende da eficácia com que o enfrentarmos” (SINGER, 2004:257).

Como já dissemos, há em nossos jovens um portfolio de riscos de um NÃO futuro. A idéia de futuro está esfacelada. Há sim um apelo ao presente. O futuro parece estar apenas apresentado, por exemplo, nos comerciais de agência bancárias e financiadoras de empréstimos. São apenas relapsos de futuro.

Diante desta realidade e num país, como é o caso do Brasil, tradicionalmente autoritário e desigual, já não é ora de deixar o local aonde residimos, trabalhamos, fazemos amor, sofremos, como um local aonde o foco maior venha a ser o uso de uma interjeição, de uma locução, de um "OH!" para com as questões que envolvem o patrimônio (ambiental e cultura da humanidade), pois como nos diz a premissa de que quando pensamos o futuro não podemos esquecer nosso passado? Não é esta a grande meta ao novo século que já nos acolhe, e dar a ele um olhar mais atento ao patrimônio da humanidade para garantir nos jovens e em todas as comunidades um futuro e a vida preservada?

“As questões da cidadania cada vez exigem mais a construção de um novo espaço comum, em que dialoguemos, em que enfrentemos as questões novas de nosso mundo. Não dá para ficar só em casa, virtualizando nossa relação com o outro. Precisamos de novos elos, de

*uma nova sociedade, que dê conta dos desafios que a nova natureza e a nova cultura colocam*³.

Ao nosso olhar, muito do que se vê da maioria das escolas e demais espaços de nossas comunidades, é que elas não estão ensinando para a felicidade e sim para que, em especial, as crianças e jovens aprendam a ganhar dinheiro, quando isso somente deveria ser uma consequência e não uma meta.

Entendemos que educar é também, tirar para fora talentos e vocações. Não é imprimindo e impondo talentos e vocações. Mas sim, permitir que se descubram, neles e por eles, os diversos talentos que todos nós somos possuidores. E que também somos portadores de vocação, que é aquele momento onde a gente supera os sofrimentos e ultrapassamos os próprios limites da nossa escolha. Aí sim chegaremos ao nosso pleno futuro, a nossa grande estréia.

Mesmo dentro da academia, se observa por muito tempo um distanciamento com as comunidades, e aqui em específico falamos das escolas, onde a ação educativa é o local onde iremos criar uma cultura, que é a instituição escolar, o local mais profícuo para plantarmos e o planeta colher o patrimônio preservado e respeitado. Vejamos o que diz Funari.

“No Brasil, houve, sempre, uma falta de interesse, por parte dos arqueólogos, em interagir com a sociedade em geral – como é o caso, na verdade, alhures na América Latina, como nota Gnecco (1995: 19) – e o patrimônio foi deixado para “escritores, arquitetos e artistas, os verdadeiros descobridores do patrimônio cultural no Brasil, não historiadores ou arqueólogos” (Munari 1995). A preservação dos edifícios de igrejas coloniais poderia ser considerado, no Brasil e no resto da América Latina (García 1995: 42), como o mais antigo manejo patrimonial. É interessante notar que a importância da Igreja Católica na colonização ibérica do Novo Mundo explica a escolha estratégica de se preservar esses edifícios, sejam templos construídos sobre os restos de estruturas indígenas (cf. o exemplo maia, em Alfonso & García s.d.: 5), sejam as igrejas nas colinas que dominavam a paisagem, como foi o caso na América portuguesa. Contudo, nem mesmo as

³ Este trecho foi escrito por Renato Janine Ribeiro, filósofo, professor da USP, diretor de Avaliação do CNPq, em ‘Pensando o mundo’, artigo com excertos do ensaio ‘Perguntas Sobre um Futuro no Qual Estamos, Todos, Imersos’, prefácio do Livro ‘Ecologia Urbana’, com ensaios de Aziz Ab’Saber, Roberto Romano, Nicolau Sevcenko, Zilda Arns, entre outros (Gazeta Mercantil, Caderno Fim de Semana, 16/7).

igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de “progresso”, não por acaso um dos dois termos na bandeira nacional surgida da Proclamação da República, em 1889, “ordem e progresso”. Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. Houve muitas razões para mudar-se a capital do Rio de Janeiro para uma cidade criada ex-novo, Brasília, em 1961, mas, quaisquer que tenham sido os motivos econômicos, sociais ou geopolíticos, apenas foi possível porque havia um estado d’alma favorável à modernidade. A melhor imagem da sociedade brasileira não deveria ser os edifícios históricos do Rio de Janeiro, mas uma cidade moderníssima e mesmo os mais humildes sertanejos deveriam preterir seu patrimônio, em benefício de uma cidade sem passado” (FUNARI, 2001: 03).

Enfim, pretendemos uma prática pedagógica junto a todas as comunidades, que nos leve a um futuro onde ele, o nosso futuro, esteja no passado.

3. TIROCÍNIO: DO BERÇO AOS BANCOS ESCOLARES

A imaginação no ser humano é o que existe de mais poderoso. Neste momento, proponho voltarmos ao nosso berço para entendermos a importância da família para com as questões patrimoniais.

A expressão “tirocínio” é uma dessas estranhas expressões da nossa língua portuguesa com que me deparei por acaso, e que serve de raciocínio a esta parte de nossas reflexões a cerca da educação patrimonial.

Tirocínio, segundo o dicionário Houaiss, é um substantivo masculino que em primeira de suas significações vem a ser o primeiro ensino, primeiro aprendizado, aonde se inicia nossa capacidade de discernimento.

E isso tudo ocorre no cerne familiar.

Ao darmos nosso primeiro grito ao nascermos, começamos nossas vidas com destaque para inteligência e ao fatal tirocínio. Nossos primeiros aprendizados. Nossos exercícios preliminares que nós levará a termos capacidade de discernimentos (mudanças que virão atender-nos nos assuntos de nosso trabalho intelectual).

Isso, ao longo de nossa trajetória, mostrará nossos desempenhos em nossa realização pessoal com fortes reflexos sobre todo nosso comportamento entre íntimos e principalmente, em sociedade, em comunidade. Este é o nosso tirocínio a qual estamos destinados.

Ao voltarmos nossa mente, a mitologia Clássica, podemos ilustrar que a cada nascimento uma tocha de fogo deixa a Grécia, do Monte Olimpo, carregada pela musa Clio, protetora da história, e desloca-se para dar uma passada nas casas dos novos rebentos. Inicialmente, resta a cada seio familiar querer deixar esta chama não se apagar instalando assim o afeto necessário ao nosso viver em simbiose com o meio ambiente e a nossa história, ou seja, ao nosso patrimônio, com a necessária consciência patrimonial a ser instalada com afeto como o importante gesto de ensinar aos recém nascidos a calma que um travesseiro pode proporcionar diante de seu grito de cidadão que já começa a ser construído.

Diante de tanta memória, de tanto testemunho silencioso, vivenciados em nosso ambiente familiar que temos em nossas costas, não dá para manter postura de arrogância perante a gigantesca matéria com a qual fomos feitos.

Para crescer neste ambiente familiar é preciso caber. Crescer sem caber leva a uma série de distorções. Uma planta para crescer, necessita que seu crescimento caiba no vaso no qual está plantada. As relações e uniões estão em fase de pródigo e evidente crescimento. Assim, os pais ao gerarem um filho devem verificar se os mesmos estão acondicionados de modo propício para que tenham o afeto necessário ao mundo a que veio. Um afeto que, como já dissemos, se inicia num pequeno espaço, o nosso berço, qualquer leito.

O mesmo afeto que podemos ter com nosso travesseiro, ao deitarmos extenuados, há que se ter com os demais espaços que interagimos. Contudo, nunca nos obrigaram a sentir o afeto a um travesseiro. Fez-se assim desde pequenos, quando nossos pais nos acalmavam de diversas maneiras, entre elas, o colocar nossa cabeça num travesseiro. Foi um processo educativo, extenuante. Aqui pode aparecer a indagação: e quem não teve uma mãe ou um pai para tal educação? Bem, neste caso, nos parece que fica a mesma pergunta e a mesma relação para quem não foi educado com a carga de valores que o nosso patrimônio traz em si.

E é deste berço, deste leito, que somos preparados para os bancos escolares. Mas deixamos esta questão das instituições escolares para uma outra reflexão, pois esta exige um holofote especial, não sendo objeto específico dessa nossa reflexão neste presente artigo, e focamos nosso olhar a mim, a nós e ao nosso fazer profissional.

4. UM ATO ESPERADO: HOLOFOTES EM NOSSA DIREÇÃO

Sou um profissional comprometido com as questões patrimoniais, com a sociedade em que vivo. Vejamos como faz refletir Paulo Freire sobre este compromisso:

*“Em primeiro lugar, a expressão ‘o comprometimento do profissional com a sociedade’ nos apresenta o conceito do compromisso definido pelo complemento ‘do profissional’, ao qual segue o termo ‘com a sociedade’. Somente a presença do complemento na frase indica que não se trata do compromisso de qualquer um, mas do profissional. A expressão final, por sua vez, define o pólo para o qual o compromisso se orienta e no qual o ato comprometido só aparentemente terminaria, pois na verdade não termina. (...) A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir (...) Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformando pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, **um ser histórico**, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. Além disso, somente este ser é já em si um compromisso. Este ser é o homem” (FREIRE, 1991: 15). [os grifos são meus].*

Assim, devemos aqui anunciar que antes de tudo, que antes de sermos profissionais, somos homens. Eu sou um homem! Nós somos homens/mulheres... Somos seres humanos.

E por assumirmos aqui esta condição, só queremos anunciar que somos comprometidos com a humanização e não com a desumanização.

Além de homens/ mulheres comprometidos, o somos comprometido no sentido solidário.

Sobre este se assumir, vamos a Paulo Freire reafirmar nossa postura:

*“O verdadeiro compromisso é a **solidariedade**, e não a solidariedade com as que negam um compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em ‘coisas’. Comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também. Esta razão pela qual o verdadeiro compromisso, que é sempre solidário, não pode reduzir-se jamais a gestos de falsa generosidade, nem tampouco ser um ato unilateral, no qual quem se compromete é o sujeito ativo do trabalho comprometido e aquele com quem se compromete a incidência de seu compromisso. Isto seria*

anular a essência do que compromisso que, sendo encontro dinâmico de homem solidários, ao alcançar aqueles com os quais alguém se compromete, volta destes para ele, abraçando a todos num único gesto amoroso. Pois bem, se nos interessa analisar o compromisso do profissional com a sociedade, teremos que reconhecer que ele, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si mesmo” (FREIRE, 1991:19). [os grifos são meus]

Diante destas questões, podemos pensar em fazermos algumas questões que nos envolvem num pensar “prático” sobre os defensores do patrimônio e das saúdes dos nossos hábitos e costumes, do lidar com o meio ambiente.

4.1 – UMA CANTATA: AS TAIS PULGUINHAS!

Iniciamos aqui uma proposta de desafiar a nós mesmos, fazendo perguntas. Vamos à primeira:

- QUEM É EM MINHA OPINIÃO OS DEFENSORES MAIS ARDENTES DA NOSSA FLORESTA AMAZÔNICA?

Em nossa ironia, consideramos que dois foram grandes defensores de nossas florestas em todo período histórico e na contemporaneidade, que “arduamente” atuam mais especificamente na defesa da floresta amazônica.

Estes nossos “dois ambientalistas”, na verdade não são considerados ambientalistas. Mas agem como muitos e de maneira radical. Estamos falando do *Plasmodium Vivax* e do *Plasmodium Falciparum*⁴.

São dois protozoários transportados por um mosquito do gênero *Anopheles*.

⁴ As informações técnicas-científicas de saúde pública que seguem, foram efetuadas em entrevista com o médico Felipe Sparrenbrger, doutorando em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – E-mails: sparrenb@brturbo.com.br ; sparrenb@furb.br - A entrevista, não gravada, foi efetuada com a demonstração do meu texto para que o profissional procurado fizesse a devida checagem científica com as correções, informações e sugestões médicas. O encontro previamente marcado e aceito, ocorreu no 2º andar da Faculdade de Medicina da UFRGS situada na rua Ramiro Barcelos, 2400, bairro Santa Cecília – Porto Alegre- RS, no dia 08 de dezembro de 2004 às 15 horas.

Estes mosquitos ao transportar os dois protozoários picaram e, continuam a picar, o homem branco colonizador, que foi adentrando as florestas brasileiras com seus machados, serrotes, motosserras. Ao serem picados pelo mosquito portador ou do *Plasmodium Vivax* ou do *Plasmodium Falciparum*, enfim de um dos dois protozoários, instalam uma doença, a doença da malária. Uma doença, muitas vezes fatal ao homem.

Ironia à parte, mas o fato é que este mosquito transportador de um dos protozoários matou e continua a matar muitos seres humanos. Por isso mesmo aonde não foi possível ser feita a sua erradicação, o homem precisou fugir para não morrer.

Esta fuga ou morte do homem frente à malária é ao nosso entender a triste realidade de que ainda o homem parece que não se deu conta que a natureza trás e cria em si seus próprios agentes defensores. Agentes estes, criados em muitas vezes pela própria ação do homem.

Este é só um exemplo da resposta de uma relação nem sempre em simbiose, sem interação, mas com intervenção desembastada, desenfreada, sem comedimentos.

Observamos em nossas comunidades muitas pessoas preocupadas com determinados elementos da flora e fauna em extinção.

Com certeza uma atitude respeitosa e bela. Entretanto, por vezes observamos que os elementos fauniano/faunístico dos quais convergimos nossa preocupação, por muitas vezes são distante de nosso habitat e esquecemos de fazermos um resgate histórico de nossa flora e fauna local imediata, juntos as publicações regionais concernentes a este estudo ou mesmo de conversarmos e registrarmos as falas (História Oral) de pessoas acima de 60 anos (a chamada Terceira Idade), nossos velhos, que muito bem irão lembrar de pequenos elementos da vida animal e vegetal que não se fazem presente mais na contemporaneidade e que até mesmo outros elementos de vida, apareceram que outrora não havia.

Com isso queremos dizer, que parece existir determinados ícones de luta que a mídia ou determinadas ONGs elegeram como símbolos de luta preservacionista de nosso patrimônio ambiental. Um clássico exemplo que se vê em todo o Brasil e até no mundo é a luta pelos micos-leões-dourados (*Leontopithecus rosalia*). Nós mesmos já nos engajamos nesta luta pela salvação deste fundamental animal da Mata Atlântica brasileira que está seriamente ameaçado de entrar em extinção.

Não há dúvida de ser uma luta de merecimento, mas o que gostaríamos de chamar atenção aqui é que precisamos olhar mais diretamente ao local imediato

aonde vivemos e quais os sinais da relação homem-meio ambiente não mais são as mesmas de outrora e que vem sofrendo alterações.

Às vezes este tipo de olhar, pode até nós causar uma revisão saudosista de um tempo em que éramos meninos (as), enfim crianças.

Assim, tomo e cito aqui um exemplo que causou este sentimento em nós⁵.

Pergunto:

- SERÁ QUE AINDA EXISTE O “DELICIOSO” *TUNGA PENETRANS* NO SOLO DA COMUNIDADE ONDE NASCI?

Faço esta pergunta até em tom saudosista, pois disse, “delicioso”, mas também porque diante do exemplo anterior, onde com certa ironia, colocamos a malária como sendo defensora das florestas e não os homens, ou seja, por elementos dela mesma, como se o homem não compusesse ela, que seria ou está acima dela e que dela não necessita.

E se agora pergunto se ainda se faz presente o *Tunga Penetrans* na região onde sei que existiu, é porque quando éramos crianças vivendo na região do Oeste do estado de Santa Catarina, mais precisamente no município de São Lourenço D’ Oeste, tínhamos como contexto sócio-econômico-cultural, andarmos de pés descalços. Íamos a escola, a festas, jogos e brincadeiras sem o hoje “obrigatório” uso de calçados, chinelos.

Assim era comum, que o *Tunga Penetrans*, penetrasse em nosso corpo, mais precisamente em nossos pés.

Estamos falando da “famosa” doença chamada popularmente de bicho-de-pé. Através de uma pulga “uma pulguinha”, um inseto do gênero *sifonáptero* (*Tunga Penetrans*) da família dos *tungídeos*, que segunda nossa pesquisa, é de origem sul-americana, relativamente comum nas zonas rurais, onde a fêmea fecundada penetra na pele do homem (ou de outros animais), alojando-se em nossos pés descalços causando uma lesão sólida, pequena, amarelada com ponto preto central e a “deliciosa” coceira provocada por ela que é o que me faz recordar.

⁵ Este exemplo quem nos fez gerar este saudosismo e a esta reflexão, foi o educador Rubem Alves, em palestra feita na “50ª FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE – RS - BRASIL”, em palestra paralela ao evento cujo tema era: “Sobre ler e o escrever”, no dia 30 de outubro de 2004, às 19h no Teatro Bruno Kiefer da “Casa de Cultura Mario Quintana” (CCMQ).

Lembro que não apenas minha mãe, mas a todas as mães preocupadas com a nossa higiene, semanalmente, fazia uma inspeção profilática para retirar nossos visitantes “prazerosos” que certamente não fosse pelo olhar atento das mães, e até mesmo, dos pais, nossos pés acabariam sendo uma verdadeira hospedaria de *Tunga Penetrans*. Muitas vezes a infestação era tão intensa que algumas vezes se fazia necessário ir a um hospital (sempre distante e/ou ausente na época e no contexto em que vivíamos), onde a pessoa portadora era obrigada a se submeter a uma intervenção em bloco cirúrgico com anestesia.

A profilaxia feita pelas mães não relapsas era simples. Entretanto nem sempre víamos as intervenções profiláticas com uma simples agulha de coser, com ternura e sim nos provocava até raiva, não pelo ato profilático feito pelas mães, mas porque era para nós gostoso ficar coçando nossos bichinhos-de-pé. Que delícia coçar!!!

É preciso aqui esclarecer que no nosso tempo de criança, em nosso contexto social, ainda não havia chegado os populares chinelos de dedos, ou seja, não tínhamos como presente em nossa cultura material e imaterial o uso constante e obrigatório de um calçado que nos protegessem das tais *pulguinhas*.

Com o advento das acessíveis sandálias de dedos, e a exigência cotidiana de uma nova reeducação e adaptação do uso de calçados em todos os lugares que íamos, a profilaxia aos bichos-de-pé chegou em definitivo, pelo menos ao meu viver, e com isso foi-se para sempre a grande vontade de coçar meus pés.

Claro e evidente que foi salutar a chegada de um novo hábito, do uso de pelo menos o uso de um par de chinelos para a região do Oeste de Santa Catarina. Ainda hoje, em muitas regiões rurais do Brasil é muito comum a infestação pelo bicho-de-pé. Foi uma grande mudança cultural, pois do cotidiano de “pés descalços”, passamos a categoria dos “pés com calços”.

Entretanto, em nossa lembrança, ninguém se atreveu a questionar se era melhor a sobrevivência do bicho-de-pé para a simples mudança profilática com o uso de um novo adorno, uma nova moda, para nosso corpo, denominado de chinelo de dedos, confeccionado pelos homens que retiravam alguns elementos da natureza, como o látex da seringueira transformada em borracha e do petróleo transformado em plásticos que serviam de alças para afixar em nossos dedos a camada de borracha

que nos protegia do chão, da terra, isolando-nos, agora dos “temíveis” e “porcalhentos” *Tunga Penetrans*.⁶

Se ninguém ousou questionar o salutar chinelo de dedos contra uma doença, nos parece que chegou a hora de pensarmos nosso patrimônio por este viés também, que é o resgate da nossa cultura material e imaterial para obtermos melhores condições de vida e saúde. Será que as mudanças de determinados hábitos, costumes etc., não podem ser repensados, como aqui neste caso da confecção de calçados, de chinelos, que venha a provocar menos danos a natureza, fazendo uso de recursos naturais mais renováveis e menos poluentes como é o caso do plástico?

Assim, com este aparente simples exemplo, do uso global de chinelos de borracha e plásticos, estou levantando nossa visão do que entendemos por patrimônio e sua proficuidade no novo século e milênio que já nos acolhe.

O aparecimento de uma nova cultura material e o fim de uma cultura imaterial (pelo menos a nós que gostávamos do hábito de coçar os pés possuidores de pulguinhas), parece ser sempre algo inquestionável. O aparecimento do novo, sempre nos seduz. Porém o novo, se neste caso melhorou nossas condições de higiene pessoal, fica a pergunta e os holofotes votam-se para nós: será que a cada “novo”, por melhor que pareça, não pode trazer conseqüências danosas à relação homem-meio ambiente? Ao nosso patrimônio?

Como era bom coçar meus bichos-de-pé! Mas melhor ainda é agora refletir sobre aquele tempo e os meus gostos e do porquê e como se deu o seu fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. ‘*Paradigma planetário*’. Artigo publicado no Jornal do Brasil, em 25 de junho de 2004.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia como uma pedagogia para o patrimônio. In: “*Revista Ciências e Letras*” –FAPA, n.31, 2002, p.87-97.

⁶ É importante salientarmos aqui, que outras medidas sanitárias também foram e continuam sendo importantes nessa redução da incidência de bicho-de-pé, como por exemplo, a proibição de animais freqüentarem as praias, o isolamento de estábulos e chiqueiros, pelo melhor destino as fezes de animais entre outras.

- CABRINI, Conceição. *O Ensino de História*. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARRETERO, Mário. *Construir e Ensinar: As ciências sociais e a história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- COTRIM Gilberto, PARISI, Mário. *Fundamentos da educação: História e Filosofia da Educação*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1981.
- DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada; In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAZENDA, Ivani. *Dicionário em construção: Interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Professora sim, tia não*. São Paulo: Olho d' Água, 2000.
- _____. *A importância do ato de ler*. 38. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Pedagogia da esperança*. 6. ed, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 17ª edição, 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Introdução à Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Linguística e Arqueologia*. In: *Revista de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada (DELTA)*, 15,1. P.161-176, 1999.
- _____. OS DESAFIOS DA DESTRUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL. Publicado em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 2001, PP. 23-32. pg. 03
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEMONS, Carlos. *O Que é Patrimônio Histórico*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LIMA, Lauro Oliveira de. *Mutações em educação segundo Mc. Luhn*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MENEGAT, Ronaldo & ALMEIDA, Gerson (ORG.). *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.
- NERUDA, Pablo. *Antologia Poética*. Tradução de Eliane Zagueiro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 10ª ed., 1984.
- PENTEADO, Heloisa Dupas. *Metodologia do ensino de história e geografia*. São Paulo: Cortez, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- PESSOA, Fernando. *O Guardador de Rebanhos e Outros Poemas*. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.
- SINGER, Peter. *Um só mundo: a Ética da Globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahi (Org). *Imagens Urbanas – os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- VARINE, Hugues de. Patrimônio e educação popular. In: “*Revista Ciências e Letras*” –FAPA, n.31, 2002, pp.287-296.
- VASCONCELLOS, Celso do S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. 6. ed. São Paulo:Libertad, 1993.
- VIGOTSKI, L.S. *Pensamento e Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WHITMANN, Walt. *Folhas das Folhas de Relvas*. São Paulo: Brasiliense. 5ª ed., 1990.
- ZAMBONI, E. *O ensino de história e a construção da identidade*. São Paulo: 1995.

Recebido em: 22/11/2004

Aprovado em: 21/02/2005

Publicado em: 17/04/2005

LAGOAS COSTEIRAS: PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL¹

Rosane M. Lanzer²

RESUMO: Lagos e lagunas costeiras estão distribuídos nos diversos continentes. A Planície Costeira do Rio Grande do Sul possui um sistema de lagoas que teve origem nos processos de transgressão e regressão marinha durante o Pleistoceno e Holoceno. A gênese destes corpos de água tem um importante papel na sua caracterização ecológica e biodiversidade. Para efeito de estudo, o litoral rio-grandense pode ser dividido em três áreas que se distinguem, especialmente, quanto ao seu uso e impacto antrópico: litoral norte, de Torres a Quintão, se caracteriza pela concentração de veranistas; no litoral médio, até a Lagoa do Peixe e litoral sul, ao sul da barra da Lagoa dos Patos, há predomínio de atividades agrícola e pastoril, com uso das águas para irrigação. As Unidades de Conservação existentes na costa não contribuem com a preservação destes ecossistemas. O mau uso das lagoas tem contribuído para sua eutrofização, destruindo a biodiversidade, ainda pouco conhecida, e acelerando o processo de envelhecimento natural.

PALAVRAS-CHAVE: lagoas costeiras; patrimônio ambiental; turismo; sul do Brasil.

ABSTRACT: Lakes and coastal lagoons are distributed in the several continents. The Coastal Plain of Rio Grande do Sul has a system of coastal lake that was shaped by Pleistocene and Holocene transgression and regression phases. The origin of these lakes has an important role to the biodiversity and ecological conditions. The coastal of Rio Grande do Sul, in this study, can be divided into three distinguished areas, specially about their use and antropic impacts: north coast, from Torres to Quintão, has a great concentration of tourists; medium coast until the Lagoa do Peixe and south coast has more agricultural and cattle raising activities, with water use to irrigation. The protected areas in the Coastal Plain doesn't improve the preservation of these ecosystems. The incorrect use of the lakes has initiated the reduction of the biodiversity, and accelerated the eutrophication and lake ontogeny greatly.

KEY-WORDS: coastal lakes, environmental patrimony; tourism, south Brazil.

¹ Palestra proferida no Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Ambiental

² Prof. Dra. Rosane M. Lanzer – Departamento de Ciências Biológicas – Mestrado em Turismo – Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

INTRODUÇÃO

Lagos e lagoas costeiras estão distribuídos nos diversos continentes. No Brasil, a maioria dos lagos encontra-se na região litorânea que constitui as restingas e são representados por várias lagoas e lagoas dos mais variados tamanhos, desde muito pequenas até grandes lagoas costeiras como a Lagoa dos Patos e lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul. A Restinga estende-se desde o Amapá até o Rio Grande do Sul, perfazendo, aproximadamente, 9000 km de extensão. Considerando a longa extensão de faixa litorânea, as restingas são um dos ecossistemas representativos do Rio Grande do Sul e do Brasil. A Restinga sul-brasileira com seus 622 km de comprimento e uma superfície de 35.000 km² se caracteriza como “um conjunto de ecossistemas com comunidades florísticas e fisionomicamente distintas, situadas em terrenos predominantemente arenosos, de origem marinha, fluvial, lagunar, eólica ou combinações destas, de idade quaternária” (www.sisrest.hpg.com.br/restinga.htm).

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul reúne uma grande quantidade de lagoas que constituem ecossistemas únicos na restinga brasileira e, portanto, um patrimônio ambiental de extremo valor o qual tem sido negligenciado. O objetivo do artigo é mostrar a diversidade ecológica destes ecossistemas, suas potencialidades e fragilidade decorrente do mau uso.

ORIGEM E TIPOS ECOLÓGICOS

A Restinga é formada por processos de erosão e acumulação em dependência das oscilações do nível do mar durante o Quaternário. As últimas barreiras (Barreira IV), que originaram as lagoas entre a Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos, são holocênicas (VILLWOCK, 1984; SCHWARZBOLD, SCHÄFER, 1984; SCHÄFER, 1991, 1992). Eventos de transgressão marinha durante o Holoceno (desde 7000 anos atrás) criaram terraços, feixes de restinga, campos arenosos, dunas, lagoas e áreas inundadas (FLEXOR et al., 1984, in SCHÄFER, 1992) (Fig.1).

As lagoas costeiras têm sua gênese vinculada aos processos transgressivos e regressivos do mar, que ocorreram a partir do Pleistoceno e se prolongaram até os últimos dois mil anos do Holoceno, podendo ser agrupadas em lagoas jovens (idades entre 3.600 a 2.600 anos B.P.) a exemplo das lagoas Bojurú Velho, das Flores, Nicola, Jacaré e Mangueira, as quatro últimas na área do Banhado do Taim e adjacente; lagoas antigas (idade em torno de 14.000 B.P.) como as lagoas dos Barros (Osório) e Caiubá; lagoas de idade intermediária (6.500 a 5.100 anos B.P), incluindo

todas as demais lagoas da faixa (SCHWARZBOLD, SCHÄFER, 1984; SCHÄFER, 1992).

A gênese tem um papel importante na caracterização ecológica destes ecossistemas, determinando diferenças na qualidade da água destes mananciais. As lagoas mais antigas, por exemplo, apresentam alta turbidez decorrente do tipo de seu sedimento, deixando a água com baixa transparência e conseqüentemente pouca produtividade. A lagoa dos Barros, localizada no Município de Santo Antonio da Patrulha, possui um sedimento rico em alumínio o qual sendo tóxico às algas interfere na produtividade do corpo de água (OLIVEIRA, 1983). O tipo de origem também determina a morfologia do corpo de água que junto com a composição física e química da água tem conseqüências na riqueza da biodiversidade da fauna e da flora aquática.

Em decorrência da própria gênese estes corpos de água apresentam-se, normalmente rasos, com seu diâmetro maior paralelo à linha da costa, como pode ser observado na Lagoa Mangueira. Sendo longos e estreitos tendem, pela ação dos ventos, a segmentação, transformando-se em corpos de água menores ou áreas de banhado, de vida efêmera e bastante vulnerável à ação do homem. Estas lagoas estão muitas vezes interligadas por canais, formando um extenso colar, muito próximas ao mar, como pode ser observado nas lagoas ao sul do estuário de Tramandaí até Quintão.

USO DAS LAGOAS COSTEIRAS

A região costeira já foi explorada pelas culturas anteriores a nossa. Os Sambaquis presentes no litoral, foram referidos por MARTENS (1880) que descreve-os como acumulação de restos de refeições de tempos remotos os quais também são encontrados na costa da Dinamarca, Nova Zelândia, entre outros. Além de fornecerem informações sobre o hábito alimentar e a cultura humana em tempos passados, permitem saber em que condições viviam os animais e se as características do solo e da água se modificaram (MARTENS, 1880). Permitem ainda avaliar a presença de espécies que hoje são encontradas na área como sub-fósseis holocênicos e tem sua distribuição restrita a pequenas áreas da costa como é o caso do bivalvo *Erodona mactroides* (Daudin, 1801).

As lagoas costeiras são de fundamental importância, tendo em vista a sua rica biodiversidade, a fauna variada de espécies aquáticas e terrestres associadas, além de possuir grande importância econômica, social e turística para diversos

municípios. Entretanto estes ecossistemas são ainda muito pouco conhecidos ecologicamente (SCHÄFER et al., 1980, 1985; SCHWARZBOLD, 1982; LANZER, 1989; SCHÄFER, 1991, 1992) correndo o risco de serem utilizados de forma inadequada.

O litoral rio-grandense pode ser dividido para efeito de estudo em três áreas: litoral norte de Torres a Quintão, litoral médio, a faixa até a Lagoa do Peixe e litoral sul, ao sul da barra da Lagoa dos Patos. Estas três áreas se distinguem especialmente quanto ao seu uso e impacto antrópico. O norte do litoral concentra as praias mais populosas no período de verão. As lagoas são utilizadas para esportes aquáticos, como balneário e pesca, sem qualquer tipo de restrição. Em muitos casos, também servem de receptores dos esgotos domésticos, embora constituam fonte de captação de água potável para abastecimento de muitos balneários. Na parte média e sul do litoral predominam o uso da água na irrigação de extensas áreas de plantação de arroz, que contribuem para o drástico abaixamento do nível das águas nos verões mais secos, devido à falta de informação do volume de água disponível nestas lagoas. Em casos extremos a redução do nível da água deixa as margens cobertas por conchas de moluscos, como já foi observado na lagoa dos Barros. O uso de fertilizantes também contribui para eutrofização e poluição das águas. Além disto, a rede de canais de irrigação facilita a entrada de espécies exóticas que tem invadido estas lagoas, levando a competição com espécies nativas (SCHÄFER, 1992; LANZER, 2001). Não só os canais de irrigação como o sistema de drenagem do Banhado do Taim também tem possibilitado a invasão de espécies exóticas na década de 1980. A importância ecológica destes ecossistemas tem sido negligenciada. Como sistema de lagoas único no planeta o mau uso destes mananciais pequenos e rasos tem acelerado a eutrofização e, desta forma, o processo de envelhecimento natural e antecipam a morte destes ecossistemas, levando a perda de um patrimônio ambiental do estado.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

A fauna e a flora da restinga possuem elementos que são característicos desta paisagem como espécies de cactos, figueiras, pequenos répteis e muitos roedores, entre eles o tuco-tuco-das-dunas, *Ctenomys flamarioni* que integra a Lista Brasileira dos Animais Ameaçados de Extinção do IBAMA e a Lista Vermelha dos Animais Ameaçados de Extinção do Rio Grande do Sul, na categoria de vulnerável. Inventários faunísticos e florísticos nas lagoas costeiras de Torres ao Chuí são raros, havendo informação sobre a vegetação aquática e a malacofauna

(SCHWARZBOLD, 1982; LANZER, 1989, 2001; SILVA, 2003). A maioria dos estudos concentra-se nas lagoas do litoral norte e do Taim. Ao longo da restinga sulbrasileira encontram-se três Unidades de Conservação: o Parque Estadual de Itapeva, no litoral norte, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a Estação Ecológica do Taim, no sul. Todas estas áreas objetivam a conservação dos ecossistemas costeiros com suas comunidades características e distintas. Além disto as UCs que estão sujeitas à visitação oferecem um atrativo turístico aos Municípios. Ainda assim, tanto o Parque Nacional quanto a Estação Ecológica preservam ambientes muito próprios que não são representativos das lagoas ao longo da região costeira. A caracterização dos tipos ecológicos apresentada e discutida em SCHÄFER (1992) conduz a necessidade da inclusão de outras áreas de conservação.

O Ministério do Meio Ambiente classifica a região costeira do Rio Grande do Sul como de alta importância biológica e extrema importância para conservação; a pressão antrópica, no litoral norte e na parte sul (Pelotas e Rio Grande) é considerada alta (MMA, 2000).

Isto corrobora para justificar a importância ecológica destes ecossistemas pouco conhecidos e que constituem um monumento ambiental ao estado do Rio Grande do Sul.

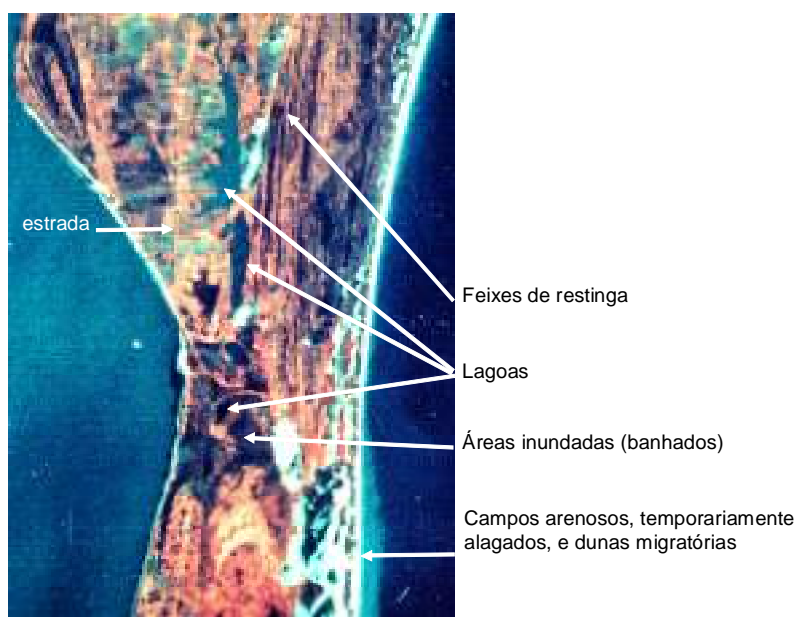
IMAGEM

Fig. 1. Feixes de restinga, áreas inundadas e lagoas costeiras pós-glaciais na região do Banhado do Taim (foto Landsat).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LANZER, R.M. *Verbreitungsbestimmende Faktoren und Systematik südbrasilianischer Süßwassermollusken*. Tese (Doutorado –PhD) – Departamento de Biogeografia, Universität des Saarlandes, Saarbrücken, Alemanha, 1989.pp. 331.
- LANZER, R.M. Distribuição, fatores históricos e dispersão de moluscos límnicos em lagoas do sul do Brasil. *Biociências*, Porto Alegre, v.9, n.2, 2001.pp.63-84.
- MARTENS, E. von. Conchyllien aus den sogenannten Muschelbergen Südbrasilien. *Sitzung vom Gesellschaft naturforschender Freunde*, Berlin. 1880, pp. 123-126.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SEMAD/Institut Estadual de Florestas –MG. Brasília: MMA/SBF, 2000.pp. 40.
- OLIVERIA, M.E.A. de. *Lagoas dos Barros: aspectos da sua poluição e tipologia limnológica*. Dissertação Curso de Mestrado em Ecologia, UFRGS, Porto Alegre, 1983. pp. 87.
- SCHÄFER, A. System Characteristics and Ecological Classification of Subtropical Coastal Lakes in South Brazil.In: ERDELEN, W. ISHWARAN, N., MÜLLER, P. (eds.). *Tropical Ecosystems*. Proceedings of the International and Tnterdisciplinary Symposium, Saarbrücken, 1991. pp. 11-21.
- SCHÄFER, A. *Die Küstenseen Südbrasilien. Ein Beitrag zur Biogeographischen Raumanalyse der Restinga*. Erdwissenschaftliche Forschung, Stuttgartart: Franz Steiner, v. 26, 1992, pp. 203.
- SCHÄFER, A., ARAÚJO, M. E., PINEDA, M. D., SCHWARZBOLD, A. Estudo comparativo da variação diária de oxigênio em lagoas do Banhado do Taim, RS. *Nideco*, Ser. Taim, n° 4/5. 1980, pp. 1-38.
- SCHÄFER, A., LANZER, R. M., SCHWARZBOLD, A. Die Küstenseen von Südbrasilien: ökologische und biogeographische Aspekte. *Verhandlungen Gesellschaft für Ökologie*, v. 13, 1985. pp. 41-48.
- SCHWARZBOLD, A. & SCHÄFER, A. Gênese e morfologia das lagoas costeiras do Rio Grande do Sul, Brasil. *Amazoniana*, v. 9, n. 1,1984. pp. 87-104.

- SCHWARZBOLD, A. *Influência da Morfologia no Balanço de Substâncias e na Distribuição de Macrófitos Aquáticos nas Lagoas Costeiras do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) Centro de Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982. pp. 95.
- SILVA, M.C.P. da. *Hydrobiidae (Gastropoda, Neotaenioglossa, Rissoidea) da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese (Doutorado), Departamento de Zoologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, 344 + il.
- VILLWOCK, J. A. Geology of Coastal Province of Rio Grande do Sul, southern Brazil. A synthesis. *Pesquisas*, v. 16, 1984 .pp. 5-49.

Recebido em: 23/11/2004

Aprovado em: 22/02/2005

Publicado em: 17/04/2005

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO E ARQUEOLOGIA:
PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL – PELotas/RS/BRASIL
PROMOÇÃO DA REDE INTERINSTITUCIONAL
UFPEL-UFSM-IPT PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DA ARQUEOLOGIA, PALEONTOLOGIA, TURISMO CULTURAL,
PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira¹

Prof. Lic. Rafael Guedes Milheira²

Prof. Lic. Jorge Oliveira Viana³

O **Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Natural** foi idealizado e promovido pela rede interinstitucional estabelecida entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Politécnico de Tomar (IPT-Portugal), visando ao desenvolvimento de projetos nas áreas de Arqueologia, Paleontologia, Preservação e Educação Patrimonial e Turismo Cultural. Sua realização ocorreu em Pelotas/RS/Brasil, entre 24 e 27 de Novembro de 2004.

Várias ações foram implementadas em parceria entre as três instituições, na UFPEL, por meio do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/ICH) e do Curso de Bacharelado em Turismo (FCD); na UFSM, por meio do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA); e no IPT, por meio do Departamento de Pré-história.

Podemos destacar algumas das atividades realizadas nos últimos anos. Os estágios práticos de estudantes realizadas por meio de intercâmbio (4 estudantes

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Coordenador Geral do Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio ambiental e cultural. Coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFPEL, Brasil. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos.

² Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), Brasil.

³ Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Secretário do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAARQ/UFPEL, Brasil.

brasileiros foram recebidos pelo Instituto Politécnico Tomar, e 1 estudante portuguesa foi recebida pela UFPEL). Estagiários de arqueologia de UFPEL participaram de atividades de campo promovidas pelo Laboratório de Arqueologia da UFSM.

No momento, dois estudantes brasileiros, um egresso da UFPEL e outra egressa da UFSM, realizam mestrado na Europa, no âmbito de um programa europeu vinculado à comunidade europeia, ao qual UFPEL e UFSM estão consorciadas por intermédio do IPT/Portugal.

Três arqueólogos foram fundamentais no desenvolvimento desta rede: Dr. Luiz Miguel Oosterbeek (IPT / Portugal), Dr. Fábio Vergara Cerqueira (UFPEL) e Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM).

O professor Oosterbeek vem freqüentemente apresentando cursos, palestras e aulas inaugurais na UFPEL, ressaltando a importância da arqueologia na cidade de Pelotas num contexto nacional e até internacional.

Foi desenvolvida também uma sólida parceria entre a UFPEL e o IPT na área de Turismo, que resultou no intercâmbio docente: de um lado, o curso de Bacharelado em Turismo da UFPEL contou com a colaboração direta do professor Oosterbeek; de outro, tomando o Instituto Politécnico de Tomar como base, alguns membros do corpo docente do curso de Turismo da UFPEL realizaram uma temporada de estudos e atualização em Portugal. Em 2003, na UFPEL, os cursos de Licenciatura em História e Bacharelado em Turismo promoveram a primeira **Aula Inaugural Unificada de Turismo e História**, tendo como palestrante o Prof. Dr. Luiz Oosterbeek, que discorreu sobre a gestão do patrimônio cultural na Comunidade Europeia.

Na própria UFPEL, verifica-se uma aproximação dos Cursos de História e Geografia com o Curso de Turismo, concretizada na atuação dos professores e na realização de projetos conjuntos, com destaque à participação de professores do Curso de Turismo no **Laboratório de Antropologia e Arqueologia** e no **Programa de Uso Sustentável do Potencial Arqueológico, Turístico e Ambiental da Ilha da Feitoria**.

Por outro lado, atividades ligadas à área de arqueologia histórica e pré-histórica vêm sendo desenvolvidas juntamente entre o LEPAARQ-UFPEL e o LEPA-UFSM. Os coordenadores dos laboratórios de arqueologia da UFPEL e da UFSM têm apresentado palestras e realizado cursos na respectiva universidade parceira, em assuntos ligados à arqueologia, patrimônio e história.

Durante o **VII Encontro Estadual de História**, realizado em Pelotas entre os dias 19 e 23 de Julho de 2004, numa promoção conjunta do Instituto de

Ciências Humanas da UFPEL e do Núcleo Regional da Associação Nacional de História (ANPUH-RS), o LEPAARQ-UFPEL e o LEPA-UFSM, organizaram a exposição **Arqueologia Histórica em Pelotas e Quaraí: o Urbano e o Rural no Rio Grande do Sul do Século XIX**. Fazendo uso dos acervos oitocentistas de Arqueologia histórica dos laboratórios da UFSM e UFPEL, apresentou o contraste e similitude entre um contexto urbano (Pelotas) e outro rural (Estância Velha do Jarau em Quaraí).

O **Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Natural** teve como um de seus preceitos norteadores o conceito da indissociabilidade entre patrimônio cultural e ambiental. Nesta perspectiva, dois laboratórios do Instituto de Ciências Humanas desenvolvem projetos numa perspectiva transdisciplinar: o Laboratório de Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) e o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA) atuam conjuntamente no projeto **Museu Etnográfico da Colônia Maciel** (um assumindo a parte da memória e museologia, e outro a parte referente à educação para a gestão ambiental).

No que se refere ao patrimônio cultural, há que se destacar que a UFPEL vem progressivamente se qualificando como um centro de referência, o que pode ser constatado pela existência de três programas de pós-graduação, com enfoques diferenciados: **Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material** (Instituto de Ciências Humanas), **Especialização em Patrimônio Cultural. Ênfase em Conservação de Artefatos** (Instituto de Letras e Artes), e **Especialização em Patrimônio Arquitetônico** (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Esses institutos estão envolvidos numa plêiade de projetos e pesquisas que reverberam direta e indiretamente sobre o desenvolvimento de políticas de preservação patrimonial na cidade de Pelotas e em sua região de influência: como exemplos, podemos citar alguns projetos vinculados ao Instituto de Ciências Humanas, como a criação do Museu das Telecomunicações, o Programa de Revitalização do Museu da Baronesa, o Memorial do Theatro Sete de Abril, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o Arquivo histórico da Câmara Municipal de Pelotas e o Museu e Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense.

Como coroamento e conclusão da primeira fase de estabelecimento desta rede regional e internacional de apoio a projetos interinstitucionais em Arqueologia, Patrimônio e Turismo, UFPEL, UFSM e IPT/Portugal se uniram na promoção do Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Ambiental.

Na UFPEL, contou com a participação do Instituto de Ciências Humanas (Laboratório de Antropologia e Arqueologia e Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais) e do Curso de Bacharelado em Turismo da Faculdade de Ciências Domésticas (Laboratório de Eventos), além da participação ativa de professores e estudantes de outras áreas vinculadas às temáticas envolvidas nos seminários (Instituto de Biologia, Instituto de Letras e Artes, Conservatório de Música, Instituto de Sociologia e Política). Na UFSM, contou com o apoio do Laboratório de Arqueologia, além de uma destacada colaboração do Reitor desta universidade. Em Portugal, contou com o apoio da rede do XVº Congresso da União Internacional de Estudos Pré-Históricos e Proto-Históricos (UISPP), por meio do Instituto Politécnico de Tomar-Portugal. Nestas instituições, os coordenadores são os professores Fábio Vergara Cerqueira (UFPEL), Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM) e Luiz Miguel Oosterbeek (UISPP e IPT-Portugal).

O evento foi viabilizado por apoios institucionais e financeiros das seguintes instituições: FAPERGS, UFSM, Prefeitura Municipal de Pelotas (Secretaria de Qualidade Ambiental), Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) e IPHAN (11ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), UFPEL.

A programação do seminário contou com 2 conferências, 26 palestras, 35 comunicações e 28 apresentações visuais (*banners*), mobilizando a participação de 7 estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

O Seminário se constituiu de diferentes espaços de debate acadêmico sobre a interface entre o Turismo e o Patrimônio Cultural e Ambiental. Os debates foram estabelecidos em duas ordens de discussão:

1. Aspectos empíricos (relatos de pesquisas e intervenções) e reflexões teórico-metodológicas.
2. Políticas públicas e planejamento de preservação de patrimônio cultural e ambiental, bem como de desenvolvimento de turismo com enfoque no patrimônio.

A discussão sobre o patrimônio foi afetada por duas ordens de reflexão:

1. A indissociabilidade entre o patrimônio humano e natural na conceituação do patrimônio cultural, de modo que as pesquisas, intervenções e políticas públicas sejam pensadas de forma integrada.
2. As especificidades e interfaces que marcam as diferentes relações entre o patrimônio tangível (material) e intangível (imaterial).

O turismo emergiu, ao longo dos debates, como possibilidade para a sustentabilidade, de forma integrada, da preservação das diferentes manifestações do patrimônio cultural e ambiental. Em virtude disso, a composição das mesas, dos painéis e das sessões de comunicações, procurou privilegiar o enfoque multidisciplinar. Essa é uma perspectiva inerente ao planejamento do turismo cultural, como foi colocado na palestra da turismóloga Dra. Margarita Barretto (UCS). Desse modo, justificou-se a participação de pesquisadores com formação na área ligada ao patrimônio natural (paleontologia, geografia, biologia), tais como os paleontólogos Dr. José Eduardo Dornelles (UFPEL) e Me. Átila Augusto Stock da Rosa (UFSM), o geógrafo Sidney Gonçalves Vieira (UFPEL), a bióloga Dr. Rosana Lanzer (UCS) e Me. Maurício Aires Vieira (CEFET-RS); ao patrimônio cultural tangível (arqueologia, arquitetura, história da arte), tais como os arqueólogos Mila Simões de Abreu (International Federation of Rock Art Organizations - Portugal), Dr. Rossano Lopes Bastos (IPHAN), Dr. Paulo De Blasis (USP), Dr. José Luiz de Moraes (USP), Dra. Edithe Pereira (Museu Paraense Emílio Goeldi), Me. Beatriz Valadão Thiesen (FURG), Me. Mauri Luiz Bessegatto (UNOCHAPECÓ), a paleoantropóloga Dra. Olívia A. de Carvalho e o historiador da arte Dr. Jorge Rodrigues (Serviço de Belas-Artes – Fundação Calouste Gulbenkian); e ao patrimônio cultural intangível (antropologia), como a antropóloga Maria Helena Sant’Ana (UNISC – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul) e a historiadora Beatriz Munis Freire (IPHAN); em muitos casos, não foi possível separar patrimônio tangível e intangível, bem como pesquisa e política pública, o que é verificável, por exemplo, no caso da museologia, a qual envolve inclusive a educação patrimonial.

O Seminário inclui ainda, fora da programação acadêmica realizada em entre 24 e 27 de novembro de 2004, a exposição sobre “Arte das Missões Jesuíticas”, produzida pela Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal), sob curadoria do historiador da arte Jorge Rodrigues. O LEPAARQ/UFPEL organizou um périplo da exposição por diferentes cidades gaúchas, com a parceria de outras universidades de nosso estado, sendo apresentada, a partir de março do corrente ano, pela UFSM, em Santa Maria, pela ULBRA, em Canoas e na Câmara Municipal de Porto Alegre, pela UCS, em Caxias do Sul, Vacaria e Veranópolis, e finalmente, pela UFPEL, encerrando o itinerário no mês de setembro.

Recebido em: 18/12/2004
Aprovado em: 26/02/2005
Publicado em: 17/04/2005

